

02) Em relação ao segundo item de pauta, foram apresentadas as propostas de alteração dos Planos Anuais de Aplicação 2020 da SMSUB, SEHAB, SMT, SIURB, SMC e SMDU; e de alteração dos Planos Anuais de Aplicação 2019 da SMSUB, SEHAB, SIURB e SMC, sob a condição de serem apresentados os objetos específicos na próxima reunião do Conselho Gestor do FUNDURB; e após os debates, foram aprovados por unanimidade. As deliberações constarão na Resolução SMDU.AOC.FUNDURB.005/2019.

03 O Plenário acatou a proposta de agendamento de reunião extraordinária do Conselho Gestor do FUNDURB, prevista para 09 de outubro de 2019, para apresentação dos objetos específicos dos Planos Anuais de Aplicação 2019 da SMSUB, SEHAB, SIURB e SMC não apresentados na presente reunião, bem como de outras propostas de alteração necessárias; e da apresentação detalhada dos Planos Anuais de Aplicação 2020 da SMSUB, SMT e SMC.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC DESPACHOS: LISTA 2019-2-178

DEPARTAMENTO DE ATENDIMENTO SOCIAL
ENDERECO: RUA SÃO BENTO, 405
PROCESSOS DA UNIDADE SEHAB/DEAS-1
2015-0.047.698-2 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO DOCUMENTAL
ARQUIVE-SE.
2017-0.037.253-6 SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITACAO DOCUMENTAL
ARQUIVE-SE.

SISTEMA ELETRONICO DE INFORMACOES - SEI DESPACHOS: LISTA 436

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO
ENDERECO: RUA SÃO BENTO, 405
6014.2019/0003504-1 - Atos Normativos: Troca de

Titularidade

Despacho deferido

Interessados: Maria Ruth Pessoa Montier
6014.2019/0003504-1 / Desp.: Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI xxxx, que acolho como razão de decidir e passa a integrar presente decisão, DETERMINO a Troca de Titular Ativo do cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria, do município MARCOS MONTIER, CPF: XXX.XXX.XX8-49 para o município Maria Ruth Pessoa Montier, CPF: XXX.XXX.XX8-80

6014.2019/0002837-1

Interessados: JOSEFA AMELIA DA SILVA
DESPACHO: Considerando as informações constantes, no documento SEI Nº 020684476 , que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO 1.A Troca de Titular Ativo do Cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria, do(a) município FRANCIELE FABIOLA DA SILVA CPF 430.297.588-18 para a município JOSEFA AMELIA DA SILVA CPF 118.056.008-69 .

2.A exclusão da município FRANCIELE FABIOLA DA SILVA CPF 430.297.588-18 do cadastro habitacional em questão.

6014.2019/0002837-1

Despacho deferido
Interessados: MARILENE CAVALCANTE DE SOUZA CPF 001438403-55.

DESPACHO: Considerando as informações constantes, no documento SEI Nº 020682264 , que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, DETERMINO 1.A Troca de Titular Ativo do Cadastro registrado no sistema de informações habitacionais desta Secretaria, do(a) município CLAUDIO BEZERRA DOS SANTOS CPF 357.996.288-45 para a município MARILENE CAVALCANTE DE SOUZA CPF 001438403-55.

2.A exclusão do município CLAUDIO BEZERRA DOS SANTOS CPF 357.996.288-45 do cadastro habitacional em questão.

SEHAB/GABINETE

PROCESSO 6014.2019/0001974-7

Despacho

Considerando as informações constantes do presente SEI 6014.2019/0001974-7, e, em especial, as manifestações de DTS-Sudeste (doc. 020595599), da CTS (doc. 020822594), e a declaração formal dos beneficiários renunciando ao atendimento habitacional (doc. SEI nº 020595694), que adoto como razões de decidir, AUTORIZO o cancelamento do benefício de auxílio aluguel dos municípios Sr. Evandro Barbosa da Silva - CPF 391.805.698-89, Sra. TALITA CRISTINA DO CARMO SILVA e família, bem como a exclusão dos mesmos junto ao cadastro existente na área de intervenção de SEHAB denominada Parque Santa Madalena I.

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH

ATA DA 6ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

GESTÃO BIÊNIO 2018/2020

Data da Reunião: 25 de julho de 2019

Local: Rua Líbero Badaró nº 504 – 18º andar – Sala 182 – Centro – SP

Aos vinte e cinco dias do mês de julho do ano 2019, às 14h, nas dependências do Edifício Martinelli, 18º andar, sala 182, auditório, Rua Líbero Badaró, 504, Centro, em São Paulo, reuniram-se, para a 2ª Reunião Ordinária da Comissão Executiva do Conselho Municipal de Habitação – Gestão – 2018/2020, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as) presentes:** João Farias (SEHAB); Luiz Carlos Antunes Corrêa (SEHAB); Emerson Barreto da Silva (SEHABB); George Artur Falsetti (SEHAB); Leandro Medeiros (COHAB); Irineu Gnecco Filho (Secretaria Municipal de Gestão - SG.); José Eduardo Villela Santos (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB); Patrícia Saran (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU); Maria Cláudia Pereira de Souza (CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo - SP); Alvaro Augusto Andrade Vasconcellos (APEOP - Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas); Olivir Irapuam da Silva (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP); Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil - Departamento de São Paulo); Rosa Maria Eiras (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-SP); Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo); Marcio Jeha Chede (SECOVI-SP - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo); Mariana Estevão de Souza Moraes (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo - SASP); Paulo Emílio Buarque Ferreira (Universidade Presbiteriana Mackenzie); Sandro Barbosa de Oliveira (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado); Mariza Dutra Alves (Movimento dos trabalhadores sem terra leste 1); Manoel dos Santos Almeida (MDF-Movimento de defesa do Favelado – Região Episcopal Belém); Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste); Maria Silvone Oliveira (Associação Anjos da Paz da Vila Santista); Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia); Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região

Sudeste); Miguel Gomes Lima (Associação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste – Residencial City Jaraguá); Tereza Lara (Associação Estrela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associação por Habitação com Dignidade); Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Unidos da Zona Leste); José Andre de Araujo (Associação de Moradores do Jd. Manacá da Serra e Adjacências); Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo); Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências – UMVASA); Maria Aparecida Pontes (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo); Maria Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo). **Conselheiros (as) ausentes:** Eduardo Debrassi (SEHAB); Alessandro Peixe Campos (COHAB); Reinaldo Iapequino (COHAB); Igor Cunha de Souza (Secretaria de Governo Municipal - SGM); Caren Vanessa Diniz (Secretaria de Governo Municipal - SGM); Leonara Cartana Lonel (Secretaria Municipal de Gestão - SG); Ilzângela Keila de Almeida Rex Lampariello (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB); Denise Lopes de Souza (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU); Wilson Cabral da Silva (Secretaria Municipal da Fazenda - SF); Mariza Alves Figueiredo (Secretaria Municipal da Fazenda - SF); Stella Verzolla Tangerino (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS); Vinicius Oliveira do Carmo (Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social - SMADS); Wendell Zamoner (Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL); Max Noe Neto (Secretaria Municipal de Licenciamento - SEL); Fernando José de Souza Marangoni (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo); Cassiano Quevedo Rosas de Ávila (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo); Eduardo Velucci (CDHU - Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de SP); Fernando Augusto Marques Cera (Caixa Econômica Federal - CEF); Fábio Chesine Sola (Caixa Econômica Federal - CEF); Guilherme Leme Perazza (APEMEC - Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo); Joselia Martins Pereira (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste); Janaina Nascimento (APOIO - Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste); Anderson Fernandes Guahy (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP); José Carlos Espírito Santo Murilo (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SP); João Batista Gomes (Central Única dos Trabalhadores - CUT-SP); Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos); Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP); Lucas Daniel Ferreira (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil - Departamento de São Paulo); Cláudio Alexandre Sena Rei (Ordem dos Advogados do Brasil - OAB-SP); Nunes Lopes dos Reis (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais); Adelcke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais); Debora Andrade Silva (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo); Daniela Ferrarelli Toscano de Brito (SINDUSCON-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo); Elcio Sigolo (SINDUSCON-SP - Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estruturas no Estado de São Paulo); Daniela Fajer Rosa (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo - SASP); Denise Antonucci (Universidade Presbiteriana Mackenzie); Paula Carvalho Paschoal Raulino (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado); Neurani Rodrigues Gomes (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia); Antonia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho); Jeremias das Neves (Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP); Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste); Felícia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chacara do Conde - Fase I); Uranide Sacramento Cruz (CEPROGIC - Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú - Paulo VI); Sheila Cristiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Parque Otero); Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC - Associação Movimento Sem Teto do Centro); Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais - AMMDSS); José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitária de Moradores na Luta por Justiça); Eliude Nicolau Araújo (Movimento pelo Direito a Moradia - MDM); José Marcelo da Silva (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis); Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis); Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo); João Bosco da Costa (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo - ADOCC-SP); Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo - ADOCC-SP) e Samira de Jesus Barboza de Souza (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA). **Justificaram a ausência os (as) senhores (as):** Silvana de Mesquita Rodrigues de Freitas (SEHAB); Maria Fernanda Avila de Souza da Silveira (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU-SP); Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU-SP); Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP) e Carolina Rafaella Ferreira (SECOVI-SP - Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis Residenciais e Comerciais de São Paulo). **Presentes os (as) senhores (as):** Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH); Arika Adachi (SEHAB/G); Armando Lopes Leal Junior (SEHAB/CTS); Adacio Vieira de Souza (COHAB-DIFIN); Jenny Zolla Baldívio Perez (SEHAB); Vanessa Padiá Souza (SEHAB/DEPLAN); Maria Aparecida Sampaio (SEHAB - Sudeste); Paula de Melo Lima (SEHAB - DTS Sudeste); Margaret Therano (SEHAB-DTS Sul); William de Sousa Santos (SEHAB - DTS Sul); Eliana Toscano (Pop Rua); Luciana Dantas (SEHAB - DTS Extremo Sul); Jane P. Kowalsky (SEHAB - DTS Extremo Sul); Evanziza Rodrigues (UMM - Leste 1); Claudineia Laranjo (SEHAB - DTS Norte); Danielle Abranches (DTS Sudeste); Renata Paula Lucas (SEHAB - DEPLAN); Monaliza Pinheiro (FAU-USP); Thiago Mitushina (FAU-USP); Gabriel Dantas (Escritório Modelo PUC-SP); André Santos (SEHAB - DTS Extremo Sul); Luciane Santos Viana (SEHAB - DTS Extremo Sul); Vania Cristiane (SEHAB/DEPLAN); Lyzandra Martins (SEHAB/DEPLAN); Marco Aurélio Lessa Villela (SEHAB/DEPLAN); Roberta Santos e Laura Lourenção (SEHAB/DEPLAN). Outras 3 pessoas assinaram a lista de presença. **Pauta da Reunião:** 1. Aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CMH-7ª Gestão realizada em 28/6/2019; 2. Apresentação, pela Coordenadoria de Trabalho Técnico Social da SEHAB dos trabalhos que vem desenvolvendo frente a população em situação de vulnerabilidade social, em especial vítimas de violência nos empreendimentos habitacionais da SEHAB, de forma a atender às recomendações feitas na solicitação de Voto CMH nº12/2018 encaminhada pelas Conselheiras Uranide S. Cruz, Antonia L. F.do Nascimento, Marisa Dutra Alves, Monica Fatima Ziliani, Maria Silvone Oliveira , Mirtes Gaspar de Souza, Sheila C. dos Santos Nobre, Tereza Lara. 3. Apresentação pelo Departamento de Planejamento da SEHAB do diagnóstico das vinculações dos compromettimentos habitacionais atendendo à deliberação da 5ª reunião ordinária do CMH de 28/5/2019 (cópia dessa apresentação será enviada aos Conselheiros por e-mail na semana que antecede a 6ª reunião ordinária e também será disponibilizada no site do CMH); 4. Apresentação do cronograma previsto para a realização da 2ª Conferência Municipal de Habitação, do(s) tema(s) e do formato desse evento, conforme propostas estudadas no Grupo de Trabalho do CMH objeto desse assunto, em

reuniões realizadas em 04 e 16 de julho de 2019; 5. Solicitação de Voto CMH nº18/2019-7ª Gestão- Minuta de Resolução do CMH para criação do GRUPO DE TRABALHO PROGRAMAS HABITACIONAIS- Conselheiro Eduardo Debrassi. O Sr. João Farias dá início aos trabalhos. **Sr. João Farias** – Boa tarde a todos. 1. Aprovação da Ata da 3ª Reunião Extraordinária do CMH-7ª Gestão realizada em 28/6/2019. Acho que todos já receberam. Se algum Conselheiro tem alguma coisa contra se manifeste, por favor. Caso contrário, está aprovada a ata da 3ª Extraordinária. Antes de iniciarmos a pauta propriamente dita da nossa reunião de hoje, só queria fazer um convite a todos os Conselheiros, em especial àqueles da Zona Leste. Agora no sábado, dia 27, estaremos junto com o Prefeito entregando uma parte das unidades do Conjunto Residencial Safira I e III. É um total de 901 unidades. Estaremos entregando 400 unidades no sábado, às 9h30 para começar. Às 9h é o convite, lá no Parque Savoy, Itaquera, Avenida Oswaldo Valle Cordeiro, 1.340. Estão todos convidados a estarem presentes. Nesta oportunidade inclusive o Prefeito estará sancionando a lei que altera o aporte da prefeitura em programas habitacionais, de R\$20 mil para até R\$120 mil. E possivelmente, porque ainda não está oficializado, então, é só por isso possivelmente, assinando a construção de 1.568 unidades, também na Zona Leste. Empreendimento esse que terá o aporte de 95% dos cofres municipais. Digo possivelmente, porque estamos aguardando comunicado oficial do Governo Federal autorizando construção dessas unidades, todas para atendimento da Faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. Então, está feito o convite para todos. **Sr. João Farias** – Avenida Oswaldo Cordeiro, 1.340, Parque Savoy, Itaquera, Zona Leste. Feito o convite, comunicar a todos, estamos iniciando nossa reunião com 10 minutos de atraso e ela terminará impreterivelmente, sem atraso, às 16h. Então, pedir, principalmente às meninas do CTS e do DEPLAN que vão fazer as apresentações, buscar ser o mais sucinto possível, para podermos abrir o diálogo com os Conselheiros e conseguirmos encerrar toda nossa pauta dentro das 16h, está bom? Oi Fátima. **Sra. Fátima** – Boa tarde a todos e a todas. Quero fazer uma proposta para que mudasse a pauta, se é possível? **Sr. João Farias** – Uma inversão de pauta? **Sra. Fátima** – Isso. **Sr. João Farias** – De qual item para que item? **Sra. Fátima** – Do 4º. **Sr. João Farias** – Apresentação do cronograma para realização da conferência, substituindo apresentação da Coordenadoria Técnico Social da questão da vulnerabilidade, é isso? Mudar a ordem da pauta? **Sra. Fátima** – Isso. **Sr. João Farias** – Alguns Conselheiro tem alguma objeção com alteração da pauta? Não tendo objeção, está aprovada a inversão de pauta. 2. Apresentação do cronograma previsto para a realização da 2ª Conferência Municipal de Habitação, do(s) tema(s) e do formato desse evento, conforme propostas estudadas no Grupo de Trabalho do CMH objeto desse assunto, em reuniões realizadas em 04 e 16 de julho de 2019. Em seguida, voltaremos à pauta com o pessoal do Social. **Sra. Samira** – Queria propor inclusão de pauta, que não tivemos tempo de acordo com o Regimento, mas para podermos falar sobre a questão do auxílio moradia e sobre o censo de cortiço. **Sr. João Farias** – Se conseguirmos superar nossa pauta até o horário estabelecido não temos nenhum problema fazer esse debate, fazer essa discussão. Então, fica combinado o seguinte, se conseguirmos encerrar nossa pauta pré-agendada entraremos para esclarecimentos, dúvidas ou qualquer questionamento em relação ao auxílio aluguel e censo de cortiço, está bom? Vanessa, você ficou responsável, até porque o Dudu não pôde estar presente, de fazer a apresentação em relação à conferência. Vamos lá. **Sra. Vanessa** – Boa tarde a todos. Conforme foi solicitado, como parte do grupo de trabalho da conferência, fiz uma compilação dos dados, do que foi apresentado. Fizemos algumas sugestões para serem debatidas e discutidas com vocês hoje. Vou começar a apresentar. Tudo que vocês lançaram continua na apresentação. Não pude estar na última reunião por conta de uma demanda do nosso Secretário, mas me foi repassado tudo que foi trabalhado e vou trazer essa compilação de dados para vocês daquilo que já foi discutido. Bem, acho que o objetivo geral que estamos colocando é: Promover análise das demandas e políticas habitacionais, de forma transparente e participativa, e que possibilite a indicação de diretrizes, estratégias e mecanismos para a consolidação e implantação do Plano Municipal de Habitação, bem como dos instrumentos de controle e participação social. Vamos falar depois, mas esse é um objetivo simples do que pretendemos para a Conferência Municipal de Habitação. Como objetivos específicos que haviam sido colocados e permanecem, são quatro eixos, que é: Implementação do Plano Municipal de Habitação. Financiamento e recursos municipais controle social e transparência. Fortalecimento do CMH. Propostas e temas, nessa primeira tela manteve-se todo o jeito que estava apresentado por vocês. Pode passar. **Sra. Ana Maria Maluf** – Mas é melhor porque nem todos estavam presentes. **Sra. Vanessa** – Perdão. Então, dentro das propostas e temas para debate, desculpe-me, assim como eu também tem outras pessoas que também estavam no grupo, peço desculpas. Dentro das propostas e temas para debate, estão estabelecidos, que foi trabalhado na discussão do GT: Financiamento e subsídio na habitação. Regularização fundiária – Direito de laje, Legalização dos empreendimentos, Urbanização de favelas, Locação social, Programa municipal de autogestão, Carta de crédito, Lotes urbanizados, PPP da habitação, Moradia em área central, População de rua, Moradia para a população idosa, Recorte de gênero na política de habitação, Áreas de risco. Questão ambiental; saneamento; mananciais. Instrumentos de reforma urbana: outorga onerosa, zoneamento, entre outros. Fiscalização da utilização das áreas de ZEIS. Consórcio imobiliário para HIS. Aportes a programas federais. Arranjo institucional para a habitação. Dentre isso, o que aconteceu, nessa compilação de dados eu fui juntando em pontos que pudessem ser temas que são correlatos, poderiam ser tratados por meses. Então, por exemplo, aportes, recursos e financiamentos, entraria carta de crédito, consórcio imobiliário para HIS e os aportes de programas federais. Urbanização de favelas e loteamentos aglutinaria regularização fundiária, que é o direito de laje, legalização dos empreendimentos; lotes urbanizados; áreas de risco e as questões ambientais, que todas essas são correlatas às urbanizações e melhorias da cidade. Locação social seria outro tema, o terceiro. Programa municipal de autogestão; a PPP da habitação; moradia na área central; o recorte de gênero e a população sensível, incluindo também nessa pauta, que estou fazendo aglutinação de temas correlatos, a população de rua e moradia para a população idosa. Instrumentos urbanísticos, que entram outorga onerosa; zoneamento; fiscalização das áreas de ZEIS, entre outros. E o arranjo institucional para habitação. Como público alvo pegamos, que tinha sido apresentado e estamos aqui sugerindo: Conselho; Conselheiros das ZEIS; gestores públicos de órgãos governamentais; lideranças de Entidades Cívicas representativas de Movimentos Sociais; técnicos e representantes de Entidades Cívicas e organizações não governamentais; representantes do Poder Legislativo e Judiciário e municípios interessados. Foi pedido numa conversa que pudéssemos manter uma similaridade com os parâmetros de representatividade do CMH. Essa é uma coisa para discutirmos também, acho que isso o GT estará discutindo isso, e aqui também. Ai entra a preparação da conferência. Nessa preparação é uma sugestão que o GT do CMH possa elaborar e validar o Regimento. A elaboração dos documentos base para a conferência. E a elaboração dos critérios para a eleição dos delegados dos outros segmentos. A validação da proposta no CMH. Constituição da Comissão Executiva da conferência. Publicação do chamamento público. Realização das pré conferências regionais e eleição dos delega-

dos. A validação dos delegados e documentos. E a realização da conferência. As pré conferências regionais, como foi sugerido, é a realização de oito pré conferências preparatórias com objetivo de apresentação e discussão dos documentos preliminares e eleição dos delegados. O período seria de setembro a outubro e trazemos hoje a necessidade de consolidarmos essas datas, discutir essas datas para validar esses prazos para serem discutidos. As regiões que foram discutidas e foram apresentadas seriam as nossas regionais, nossas subprefeituras, que não dá para pegar as 32, então seriam divididas entre Centro, Leste 1, Leste 2, Sul 1, Sul 2, Sudeste, Oeste-Noroeste e Norte. E os locais sugeridos são os ginásios de esporte; CEU's ou equipamentos que possam abraçar esse atendimento com relação à conferência. As inscrições seriam, que também é uma sugestão que está para ser definida, via internet ou presencial, que é uma coisa para podermos conversar e debater. **Sra. Ana Maria Maluf** – A proposta era internet e presencial. **Sra. Vanessa** – Um ou outro, ou os dois, acho que é uma coisa para ser definida. **Sra. Fátima** – A proposta é que sejam os dois. **Sra. Vanessa** – Perfeito. Peço desculpas, como não estava presente, entendi que era um ou outro. Depois faremos essa correção. Programação sugerida: às 13h30 – Abertura; às 14h – Apresentação do tema da conferência; às 15h – Grupos de Trabalho temáticos – levar as questões para os participantes; às 16h – Plenária – Aprovação de propostas para a conferência; às 17h30 – Eleição dos delegados e às 19h – Encerramento. Isso em se tratando das pré conferências regionais. Com relação aos delegados, é uma sugestão que foi apresentada, que cada pessoa pode ser participante (com direito de voz) em apenas uma regional. Pode participar em mais de uma como observador. E o CMH pode participar em todas. A quantidade de delegados, como observação a ser discutida, a quantidade de delegados ou peso da representatividade deverá ser estabelecida de forma a preservar a proporcionalidade presente no Conselho Municipal de Habitação. Proposta do nome da conferência, essa é uma coisa para conversarmos hoje, é só uma sugestão: Plano Municipal de Habitação – Metas e Desafios. Se concordam ou discordam, isso é só um nome, só uma sugestão, podemos mudar. Ai foi uma solicitação do nosso Secretário, de fazer uma reabertura do GT para os interessados no auxílio da organização da conferência. E ai com relação à Comissão Executiva: Consolidação da proposta; do Tema; elaboração do Regimento e o chamamento. A Sub Comissão com relação à organização teria as incumbências de elaborar as teses preliminares, as perguntas; sistematização e consolidação de documentos regionais; sistematização do documento final; validação dos textos e sistematizar as propostas. A Sub Comissão de Infraestrutura: Verificar os locais; material; alimentação, toda logística do que será a conferência. E a Comissão de mobilização são as inscrições; os delegados, toda mobilização para participação da conferência. Foi isso. Fui sucinta, Secretário? **Sr. João Farias** – Muito bem. Parabéns. **Sr. João Farias** – Ganhou até aplausos. Vamos abrir para inscrições. Vamos combinar o seguinte, priorizamos primeiro os Conselheiros, depois Suplentes, está aberta a inscrição. Pois não. Nome, por favor. **Sr. Paulo Emílio** – Queria parabenizar o pessoal que está organizando a conferência, o grupo de trabalho e a Vanessa. Deixar duas coisinhas como sugestão para essa discussão, já que se propõe repetir a estrutura do Conselho na presença do público alvo, que fossem nomeados, sou representante da Sociedade Civil, os tipos de entidades que vão ter a senha, sentimos falta da universidade ali, que represento, mas têm os sindicatos, etc. Acho que seria importante colocar a convocação. A outra é o nome, Segunda Conferência Municipal de Habitação, seria melhor continuar sempre, porque já tivemos a primeira. Obrigado. **Sr. João Farias** – Mais alguém? Discussão encerrada. O que queria pedir, se tiver mais alguém interessado em participar do GT que está discutindo a conferência, ao final conversar com a Vanessa para se inscrever, para conhecer inclusive o calendário, ou com a Maria Maluf, porque devemos ter uma nova reunião em breve, até porque se forma pensar em tempo, estamos com nosso tempo bem em cima. Estamos no final de julho, a ideia é que as pré conferências comecem em setembro. Então, precisamos agilizar o fechamento da proposta, para o Conselho aprovar inclusive o trabalho de GT, para darmos o start de organização da conferência, está bom? Obrigada, Vanessa, obrigado aos Conselheiros que estão contribuindo. **Sra. Fátima** – Acho que quem está no GT é legal participar, porque têm muitas pessoas que se inscreveram e não foram à reunião. Então é bom chamar esse pessoal, para que venha realmente para a discussão. **Sr. João Farias** – Corrigindo, você que se inscreveu no GT, compareça. **Sr. Miguel** – Quero só fazer uma pequena justificativa. Duas reuniões do GT não participei porque os e-mails não estavam chegando, não é, Ana? Corrigimos o e-mail, era Gmail, estava como Hotmail e não estava chegando. **Sr. João Farias** – Pronto, encerradas as inscrições para justificativas. Vamos ao item 2, que na verdade virou 3. 3. Apresentação, pela Coordenadoria de Trabalho Técnico Social da SEHAB dos trabalhos que vem desenvolvendo frente a população em situação de vulnerabilidade social, em especial vítimas de violência nos empreendimentos habitacionais da SEHAB, de forma a atender às recomendações feitas na solicitação de Voto CMH nº12/2018 encaminhada pelas Conselheiras Uranide S. Cruz, Antonia L. F.do Nascimento, Marisa Dutra Alves, Monica Fatima Ziliani, Maria Silvone Oliveira , Mirtes Gaspar de Souza, Sheila C. dos Santos Nobre, Tereza Lara. Quem vai começar? (Pausa) Meninas, por favor, à frente. **Sra. Jane** – Boa tarde, meu nome é Jane, sou assistente social da DTS Extremo Sul, então, a Luciana e eu trabalhamos no extremo sul de São Paulo. Mediante ao fato que foi apresentado referente à violência contra a mulher trouxemos algumas experiências para vocês verem que já existe um trabalho que acontece. Esse aqui é o primeiro empreendimento que trabalhamos, o América do Sul Minha Casa Minha Vida. Quase 1.200 unidades, 1.188 unidades. Foi a primeira experiência que fizemos. Outra foto. Como o trabalho que entra o tema da questão da violência contra a mulher. Na verdade fazemos um trabalho de rede. Chegamos ao território, fazemos o contato com toda a rede local de coisas que aconteceu referente à saúde, assistência. Entra na saúde e assistência a questão da violência contra a mulher. No caso do América do Sul formamos essa rede a partir do momento que as famílias já mudaram, que é pós-ocupação que acompanhamos. Tem pré-ocupação antes da mudança e pós-ocupação. Foi a Lu que acompanhou todo esse trabalho de pós-ocupação, trabalhei só na pré desse empreendimento, mas vi aqui que vocês estão com isso nas mãos, para lerem com calma depois, as atividades: Visitas técnicas aos serviços e equipamentos existentes no território. Os objetivos que alcançamos com essas visitas. Os resultados. Têm algumas fotos do que fizemos. Visitamos serviços. Depois encaminhamos famílias para esses serviços. Tudo isso nesse período que acompanhamos, que por ser um empreendimento muito grande acho que ficamos mais ou menos um ano e meio no América do Sul. Alguma coisa a acrescentar? (Pausa) Então, só para entenderem, está tudo explicadinho ai para vocês lerem o que fomos trabalhando. Aqui uma atividade mais específica: Encontros só entre técnicos. Vamos para os serviços, conversávamos, fazíamos reuniões. E palestra e oficina, o contato com o público junto com essas parcerias que criamos no território: traz a saúde para uma palestra; traz assistência social para uma palestra. Tudo que for demandado durante esse processo vamos trabalhando. Ai a nossa próxima experiência, Espanha. Triplicou: 3.860 unidades. Ai mediante a primeira experiência começamos a rede em fevereiro do ano passado, sendo que as mudanças começaram em outubro. Então, trabalhamos com a rede de atendimento local bem

antes da mudança, porque percebeu o quanto isso era importante no trabalho do primeiro empreendimento. Então, o que fizemos? Fizemos um movimento de ida e volta. Fizemos as visitas técnicas; conhecemos os serviços do território e formamos essa Rede Espanha. Visitamos os fóruns de assistência; os trabalhos que tínhamos conhecimento, que já existiam redes no território e fomos fazendo esse contato. A partir daí começamos nosso trabalho da mesma forma que foi feita na América do Sul. Fizemos esse primeiro trabalho com a rede. Identificamos tudo que tinha no território. Nos ajudamos no entendimento de como poderíamos trabalhar essa questão. E a partir das mudanças, conforme os diagnósticos que estão sendo levantados – A saúde tem sido uma grande parceira nesse sentido, porque os agentes de saúde que estão sendo informados pela saúde vão trazendo uma questão, e a violência contra a mulher aparece nesses encontros, essas agentes vão trazendo para a saúde – Fizemos reuniões acho que mensais a princípio. Hoje trabalhamos mais ou menos a cada dois meses, reunindo saúde, educação, cultura, subprefeitura, todo mundo é convidado para participar desse trabalho. E tudo que vai aparecendo vamos criando estratégia. Então, a UBS fazendo um trabalho, é um exemplo para vocês. Estamos praticamente no início do Espanha, mas já temos condomínio que já está morando há quase oito meses e temos condomínio que está se mudando agora. Então, sabemos que vai dar mais ou menos uns dois anos de trabalho, que estaremos tratando dessa questão. Por exemplo, tivemos uma reunião agora, para vocês entenderem, com a educação. A saúde levanta esse assunto, tem aparecido nos condomínios essa temática violência contra a mulher. A educação já fala “Não, podemos ver uma ação que podemos fazer dentro da escola para trabalhar com as crianças”, então, toda essa troca de quem está no território tem sido bastante gratificante e tem dado muitos frutos. Ajuda a facilitar encaminhamentos. A nossa equipe do Social que está na pós-ocupação identifica uma situação, ela faz um encaminhamento ao equipamento, fazemos a população conhecer o que tem no território em cada necessidade que eles vão trazendo. Essa daqui já é uma atividade que foi feita pelos técnicos da habitação que acompanham a pós-ocupação, especificamente com as mulheres. Então, acho que resumindo, vocês têm isso aí nos slides para entenderem nossa experiência no Extremo Sul, ok? **Sr. João Farias** – Obrigado, Jane. Fica como sugestão inclusive aos Conselheiros que não conhecem os empreendimentos do Extremo Sul, uma visita um dia, podemos organizar um dia, inclusive uma caravana do Conselho Municipal para conhecer o Conjunto Espanha, que é um conjunto referência e que tem no trabalho da DTS do Extremo Sul uma referência de como se busca ter ações de políticas integradas. Quero inclusive publicamente registrar e parabenizar o trabalho da equipe que a Jane faz parte, que a Denise coordena, a Luciana, todas as meninas e meninos lá do CTS da região sul que tem, em especial do Espanha, um modelo de programa que temos que trabalhar para expandir para as outras regiões da cidade. Poderíamos inclusive organizar um dia uma visita oficial do Conselho Municipal de Habitação lá no conjunto. Fica a sugestão aí, está bom? **Sra. Maria Aparecida** – Boa tarde, meu nome é Maria Aparecida, faço parte da equipe social da DTS Sudeste. Hoje na pós-ocupação temos os empreendimentos de Heliópolis e da Operação Urbana Consorciada Água Espraiada. Temos atendimento também na região leste, só que no momento não tem pós-ocupação, mas temos os atendimentos nos plantões. O atendimento normalmente de todas as regionais é meio parecido, porque é um trabalho social. Então, vou abordar outro lado de como é realizado o atendimento. Então, aqui tem uma foto, esse aqui é o empreendimento Sabesp II. Vamos encerrar a pós-ocupação agora no mês de setembro, mas já estamos finalizando a pré-ocupação e já iniciar a pós-ocupação de outro empreendimento que fica aí também. Do outro lado, essa foto já é da Operação Urbana, são fotos dos empreendimentos de lá. Então, quando identificamos um caso de violência, quais os encaminhamentos que fazemos: Manter o sigilo e proteção das informações e encaminhamento para rede de proteção social quando ainda não está referenciada. Encaminhamento para atendimento habitacional definitivo em outras regiões para as mulheres que estão nessa situação, principalmente em Heliópolis, por que? Quando a pessoa vai para o empreendimento, o atendimento é por ordem de remoção, então, teoricamente vai todo mundo praticamente para o mesmo empreendimento. Nesses casos solicitamos para que seja indicado para outro empreendimento. Se a mulher quer que mantêm na região por conta do território, todo apoio que tem, procuramos manter lá, em outro empreendimento. Agora, quando não quer, vemos com nossa regional, também atende à zona leste, temos essa possibilidade se tem algum empreendimento. Em último caso, fazemos contato com as outras regionais, que aí tem atendimento em lugares bem diferentes de onde ela sofreu a violência e o agressor está presente. E aí também permanência no auxílio aluguel dessa mulher. Aqui são alguns dados que colocamos, que temos um número grande de famílias em auxílio aluguel nessas duas áreas e são muito poucas que nos procuram ainda. Essa identificação normalmente ocorre na pré-ocupação, é quando começamos a fazer as reuniões com as famílias para dizer que vai sair a unidade, o que precisa. Poucas situações antes de iniciar esse trabalho de pré-ocupação ela procura o plantão social, procura realmente quando quer manter o auxílio aluguel e sair do município. Aqui também são as formas que temos de atendimento, que são os plantões de pré e pós-ocupação. Os plantões são realizados aqui na central. Quando elas nos procuram por telefone marcamos esse atendimento, dia e horário diferente do nosso, que é de quinta-feira, justamente para não ter essa possibilidade de encontrar a família do agressor ou o próprio agressor. E aqui também que faz parte do trabalho: mantemos o sigilo de todas as informações prestadas; fazemos diversos tipos de encaminhamentos necessários para a rede e permanência do atendimento provisório, porque às vezes na briga depois vem o marido, o companheiro dizer que quer auxílio aluguel, e nem sempre os filhos ficam com a mulher, porque está na agressão. Ela sai, às vezes não tem onde ir, fica inicialmente filho com a família paterna. Aí por conta disso exige-se o aluguel para que fique com o pai, que faz parte da composição. E fazemos todo um relatório social para se manter o aluguel para a mulher, porque ela já se vê obrigada a sair de casa. Muitas vezes não está trabalhando, não tem o recurso, não cortamos esse auxílio aluguel, transferimos para quem de fato está com a criança, senão prejudica mais ainda a vida dessa pessoa. Aqui são legislações que atuamos. Então, na Portaria 131 tinha um artigo de vulnerabilidade que atendia mulheres em situação de violência doméstica. Não tinha previsão de atendimento definitivo, porém, tinha o provisório por 12 meses, podendo ser prorrogado por 12 meses. Casos encaminhados por outros órgãos ou pela própria mulher que vinha. Só que agora não está tendo mais esse tipo de atendimento, foi revogado. Fora isso, têm as outras legislações que falam sobre a questão do atendimento preferencial da mulher. **Sr. João Farias** – Vamos abrir para as inscrições levando-se em consideração primeiro aquele critério de priorizar os Conselheiros, depois os Suplentes e pessoas em geral que estão presentes, para perguntas, questionamentos, dúvidas, sugestões. Está aberto. Alguém leva o microfone para a Cida, por favor. **Sra. Cida Pontes** – Boa tarde a todos os Conselheiros, todos que estão na sala. Não enxergo todos, mas boa tarde a todos. Queriria fazer uma pergunta, que não entendi, me faltou entendimento. Tiraram os atendimentos das mulheres, essa última fala dela que não entendi, não tem mais o programa, foi tirado? Não entendi. Seria uma preocupação. Qual o outro que vai

atender essas famílias, essas mulheres? Essa é minha pergunta. **Sr. João Farias** – Antes de irmos às respostas, mais alguém quer fazer mais algum questionamento, pergunta? Pois não, Dona Tereza, cadê o microfone para a Dona Tereza? **Sra. Tereza Lara** – Boa tarde a todos, sou a Tereza, da Associação Estrela Guia e Conselheira titular. Queriria fazer uma colocação. Acho que todos os empreendimentos que foram construídos pela SEHAB, hoje é da COHAB, se todos os empreendimentos tivessem acompanhamento do Social acho que não teria tanta violência, tanto espantamento de mulheres, tantos conflitos, porque existe mesmo, não tem jeito. Mesmo que acompanhemos, mas tem isso. Acho que quando chega num certo momento da entrega dos empreendimentos, os serviços técnicos da SEHAB, os serviços técnicos se afastam completamente – a “Soelma” ali, que nos acompanhou há muitos anos – se afastam dos empreendimentos. Acho que deveria acompanhar, que não fique diariamente, que não fique o tempo todo, mas de vez em quando faça um trabalho, volte, porque quando estamos em conflito voltamos visitar a COHAB, como estão os empreendimentos. Seria legal, uma proposta que trago, que fossem acompanhados. **Sr. João Farias** – Mais alguém? Por favor, Mariza. **Sra. Mariza** – Boa tarde a todos. Me chamo Mariza, sou Conselheira da Habitação representando os Movimentos Populares, União e Movimento dos Sem Terra Leste 1. Vou na linha da Cida, por que tiraram a Portaria 131? Nossa preocupação é essa, justamente hoje porque estamos vivenciando uma grande violência contra as mulheres, o feminicídio. E vemos que as mulheres hoje estão sofrendo várias violências. É isso, um pouco do diagnóstico que foi apresentado, as mulheres que ficam com os filhos, a maioria das mulheres que faz toda a parte principal da educação, crescimento de seus filhos. Então, ficamos muito preocupados, queríamos saber, se tiraram, qual vai ser a outra portaria que vai substituir? Essa é nossa preocupação enquanto mulher, enquanto Conselheira, enquanto representante de uma força muito importante da sociedade. **Sr. João Farias** – Mais alguém? Pois não. Na fala do Sr. Alexandre Bonfim França (Kiko) estamos encerrando as inscrições, quem quiser, por favor, se inscreva enquanto o Alexandre (Kiko) fala. **Sr. Alexandre (Kiko)** – Só fique com dúvida o seguinte: parece que está ao contrário aqui, né, a mulher sai e o homem fica, não entendi direito, e ainda fica com o auxílio. Só para explicar de novo, porque não consegui compreender. **Sr. João Farias** – Primeiro, para entender e explicar nós precisamos colocar com um todo, que senão fica parecendo que tiramos um item da portaria que atendia as mulheres vítimas de violência e desconsideramos uma realidade efetiva e concreta. Veja, a Portaria 131 vem sofrendo um processo de revisão. O auxílio aluguel é uma das ferramentas que a Secretaria de Habitação tem para dar atendimento para as famílias que são removidas de áreas de risco, que são removidas de área que vai sofrer uma intervenção urbana, vai receber um investimento da prefeitura, ou entra no auxílio aluguel por conta de algum desastre, como é o caso do desabamento do prédio do Largo do Pissandú e tem no auxílio aluguel, na Portaria 131 a possibilidade de ter um complemento financeiro da prefeitura para aquelas famílias que em algum momento vão ter atendimento definitivo, até o atendimento definitivo, desde que continue cumprindo as regras, a portaria, porque não basta sair ou ser reintegrado de alguma área, tem que preencher os requisitos que a portaria diz para você ter a garantia do auxílio aluguel. Hoje a portaria fala em renda máxima de R\$2,4 mil para família até 4 membros e renda máxima de R\$500 per capta para família com 5 membros ou mais, que as famílias obrigatoriamente morem na cidade de São Paulo para poder ter direito ao benefício, além da comprovação da utilização de recurso para auxílio aluguel. O que ocorre? Existia nesta portaria também um artigo que permitia que a prefeitura pagasse auxílio aluguel para pessoas em situação de vulnerabilidade social, desde que tivesse capacidade orçamentária. Isso foi colocado na portaria no ano de 2015. Aí existe uma série de requisitos de itens considerados como vulnerabilidade social, a mulher vítima de violência era um desses itens. O que vinha ocorrendo constantemente na Secretaria Municipal de Habitação? As assistentes sociais, que são as nossas equipes que trabalham na ponta, que fazem atendimento, recebiam diversas vezes pedidos de atendimento de auxílio aluguel por vulnerabilidade social lá na regional. É evidente que por ter na portaria a possibilidade de atendimento, elas faziam o trabalho delas, que era preparar documentação, fazer o laudo, preencher todo cadastro. Encaminhava à Secretaria, que mandava no gabinete. Ou seja, todo um trabalho para identificação criou-se uma expectativa naquela pessoa que fez o pedido. Chegava ao gabinete, indeferido por falta de recurso orçamentário. E assim sucessivamente nos últimos anos, aí não estou falando de meses, estou falando de anos. A Secretaria Municipal de Habitação não atende auxílio aluguel por vulnerabilidade social há anos. Aí não é só para mulher vítima de violência, é para qualquer pessoa que se encaixaria no critério de vulnerabilidade social, que estabelecia a Portaria 131. Por que? Porque a decisão do atendimento final cabia ao Secretário, desde que tivesse rubrica, dotação orçamentária. Então, se criava na ponta uma grande expectativa, porque a pessoa quando vai procurar, ela procura com expectativa de receber, se criava uma demanda de serviço para os nossos funcionários na ponta. Quando chegava ao gabinete do Secretário era indeferido por falta de verba orçamentária. De forma muito objetiva, quando essa informação chegou a mim, na condição de Secretário, depois de tomar posse, que pegamos o histórico da quantidade de pagamentos que foram indeferidos no quesito do critério da vulnerabilidade social. Suprimimos esse atendimento, que simplesmente não funciona. Por que vou ficar criando esperança para uma população lá na periferia que está precisando de atendimento, de fazer todo preenchimento da ficha, de criar expectativa, de criar trabalho para nossas assistentes sociais, para chegar ao gabinete do Secretário e ser indeferido por falta de orçamento. Desculpa, em minha opinião esse é o tipo de medida ineficaz, ineficiente e que às vezes se torna hipócrita, porque você estabelece uma esperança, para no final as pessoas encontrarem ilusão. Isso não quer dizer que o João Farias, na condição de Secretário, não entenda que possa vir a ser uma ferramenta um dia de a Habitação ter condições de dar um bom auxílio para as mulheres vítimas de violência na periferia de São Paulo, que necessitam de habitação. Só que tem que ser uma ferramenta eficaz. Acho que temos, por exemplo, pensar e trabalhar, e essa conversa nós tivemos esses dias em relação ao tema do auxílio aluguel, que acabou entrando um pouco nesse tema também, como garantir que a mulher tenha prioridade absoluta no que diz respeito à questão da unidade habitacional e no que diz respeito à questão do recebimento do auxílio aluguel, porque é inadmissível que alguém que tenha uma família constituída, por algum motivo essa família se rompa. E se o motivo ainda for a violência, que o auxílio aluguel continue sendo pago ao homem, e não para a mulher, que inclusive é quem fica com as crianças. Essa é a ferramenta que vamos trabalhar para mudar e para colocar na Portaria 131, que vai ser reeditada agora no mês de setembro. Existe um GT da Secretaria que está estudando as reformulações necessárias da portaria, e aí vamos buscar ter ferramentas que possam contribuir na proteção às mulheres vítimas de violência, mas que seja uma ferramenta eficaz, não a atual, porque a atual é para inglês ver. Sendo para inglês ver, podem até discordar de mim, prefiro fazer o debate dela e mantê-la na lei, não ter problema nenhum entre nós aqui, e continuar em minha sala indeferindo todo e qualquer pedido que chegue para mim de auxílio aluguel para atender mulher vítima de violência, porque está na prerrogativa do Secretário e

condicionante à possibilidade de dotação orçamentária. Todo mundo sabe que hoje o auxílio aluguel não tem dotação orçamentária para além daquilo que estamos pagando por mês, que são aproximadamente 26.544 aluguéis sociais que são pagos na cidade de São Paulo, que consomem quase R\$130 milhões ao ano. E vamos precisar de suplementação orçamentária este ano para terminar o pagamento até o final do ano. Então, a retirada foi essa, não tiramos direitos das mulheres vítimas de violência, excluímos da portaria um item de atendimento de vulnerabilidade social que incluía várias possibilidades, mas que não atendia a nenhuma delas, pelo menos não vinha atendendo ao longo dos anos. Então, é esse o esclarecimento, espero que estejam esclarecidos. Oi, Samira, pois não. **Sra. Samira** – Acho que estamos adiantados na pauta, será que já não implementávamos agora a pauta sobre o assunto moradia, já que começamos a falar sobre ele? **Sr. João Farias** – Veja só, ainda temos mais um item na pauta, que tem que ser apresentado pela Vanessa. A questão do auxílio moradia é uma sugestão sua para fazermos um diálogo aqui, que já foi acatado por mim, desde que consigamos manter o horário estabelecido. Está claro que o horário estabelecido nós vamos conseguir, e ainda fazer esse diálogo. Ele não pode entrar como item da pauta, porque a pauta foi decidida, mas pode ser discutido entre nós. É evidente que preciso dar alguns esclarecimentos aos Conselheiros em relação a medidas que fomos tomando aqui na Secretaria, não só sobre isso, como também a questão do cortiço. Então, é só a Vanessa ir rapidinho. Oi, Miguel. **Sr. Miguel** – Quero fazer uma correção. É o seguinte, na convocatória era das 14h às 18h, não das 14h às 16h. **Sr. João Farias** – Veja só, de forma muito objetiva, por que pedi para ser às 16h? O presidente da COHAB e eu teremos uma reunião importantíssima com o Prefeito para tratar de um assunto de interesse de muitos que aqui estão, que são os chamamentos públicos da COHAB. Essa reunião é fundamental inclusive para podermos ter uma posição para trazer aos Movimentos e aos Membros do Conselho. Por isso pedi para a reunião se encerrar às 16h, senão ficaria com vocês aqui não até às 20h, porque ia dar uma fome danada e não vou aguentar, fico irritado, mas poderíamos ficar tranquilos até às 18h. Então, peço a compreensão, está bom? Então, vamos lá, Vanessa. **Sra. Vanessa** – Boa tarde de novo. Agora é a segunda parte, vou tentar ser o mais expedita possível, mas como é um tema que já vem sendo discutido e conversado com todos, viemos trazer o cenário de 2015, o diagnóstico. Quero deixar claro hoje que é um informe de como estamos hoje, qual foi o caminho percorrido para chegar até agora. Não foi finalizado nosso trabalho, quero deixar claro que é só um informe de como estamos e quais foram os vínculos e desvínculos que foram acontecendo ao longo desse período, que alguns empreendimentos foram embora. Vou mostrar a vocês. Só dando um histórico para quem não tem conhecimento, que em 2015 foi disponibilizado no sistema HabitaSampa, que faz parte da pasta que coordeno no Planejamento, uma consulta do plano de reassentamento com os beneficiários de auxílio aluguel, vinculando-os dentro das áreas de PAC, Minha Casa Minha Vida e outras intervenções que eram previstas para a época, porém, alguns vínculos se perderam ao longo de algumas perdas de empreendimentos por conta do PAC, Minha Casa Minha Vida, que os recursos não vieram. Mas vamos em frente. Atualmente nessa pasta, o que estamos fazendo? Atualização e verificação da situação atual do que foi planejado em 2015. E a partir dessa apresentação que farei a vocês, neste momento a equipe está trabalhando nisso, que é: Quais são os vínculos possíveis hoje frente ao universo existente dos empreendimentos que estão em vias de, ou a fazer. Têm coisas que vocês vão ver que estão previstas para 21 ou mais e entra como sem previsão, porque aí entram negociações políticas que fogem do nosso controle. Pode passar. Como as etapas de trabalho que já foram passadas: Foram as verificações dos ehis e incorporação de novas demandas com compromisso habitacional; verificação e atualização dos vínculos planejados em demandas dentro de 2015; planejamento da vinculação considerando o Programa de 2017 vai ser feito, está em curso, deixo bem claro. Estamos aqui nessa etapa, 2015, então, essa nova vinculação está em curso. Hoje vou apresentar a vocês o informe da atualização dos vínculos de 2015. E outra coisa, vale ressaltar, deixei até anotado para não esquecer, que não é que os vínculos que caíram não existe mais nenhum vínculo. Nessa pactuação que está em curso nas DTSs junto com o DEPLAN são os vínculos que estão sendo reconstruídos e checados quais são os caminhos possíveis hoje. Mas é claro, com o número que vocês vão ver é muito difícil você fazer todas as vinculações que existiam, mas vamos seguir em frente. Dentro do cenário que tínhamos em 2015, isso já é para mostrar a vocês, fiz até uma totalização aqui. Das 64.895 previstas de UHS em 259 empreendimentos, perdemos 33.666, que era esse cenário aqui, que o Minha Casa Minha Vida demanda aberta, seja de entidades ou entre outros, perdemos 33.666 nessa totalização. Então, você pode checar dentro desse cenário o que existia no período, então, você tinha a leste, extremo sul área de mananciais estava muito impactada com empreendimentos que eram previstos, inclusive para o programa de mananciais, dando uma exemplificação, existia no Programa do PAC Mananciais R\$1 bilhão, não R\$1 milhão, desculpe-me, não me lembro agora do valor, que estamos discutindo isso, mas era um valor exorbitante de investimento dentro da área de mananciais. A zona norte também tinha empreendimentos que hoje não existem mais. Pode passar, por favor. Aí o que acontece? Você pode olhar agora o cenário, existem ainda alguns empreendimentos que se tratam de Minha Casa Minha Vida, se vai sair ou não, estamos aguardando. Área central trata-se do Locação Social, então, não entra em atendimento definitivo, não faz parte da situação dos vínculos, conforme o que foi estabelecido. Manancial, vocês, por favor, olhem, não tem mais nada, perto do que existia de empreendimentos, vou mostrar parí passu, mas vocês vão ver os números, realmente os empreendimentos, é angustiante, concordo com vocês que é angustiante ver as perdas, mas existe um esforço da Secretaria em buscar caminhos para que possamos refazer esses vínculos, como já disse, não em sua totalidade, porque pelo número que temos, perdemos 30%, quase 40% dos empreendimentos que eram previstos. Então, existe um esforço tanto do CTS na coordenação do “mão dupla”, quanto de todas as técnicas sociais de DTS e DEPLAN em buscar esse novo caminho para mostrar um cenário a vocês em agosto. Vou mostrar o cenário hoje, para que em agosto possamos mostrar o que existe hoje previsto para o futuro. Dentro do que existia de demandas, mostrando a vocês esses 30% que estava falando. Dentro do total geral de empreendimentos que existiam e que existem hoje temos um ganho, que aí é uma coisa a ser discutida, vem sendo discutida também aqui no Conselho, que são as PPPs, porém, os empreendimentos que tinham grande vínculo, que eram os PACs, dá uma olhada aqui, 30 mil unidades para 92. Tenho 42. Então, assim, o cenário, dando só uma exemplificação a vocês, hoje temos 36.174 para 133 empreendimentos. Do total de unidades de 185 mil, que era quase 186 mil, temos 66. O que é uma demanda aberta? **Sra. Vanessa** – É que demanda aberta pertence à COHAB. **Ana Maria Maluf** – Demanda aberta é com FGTS. **Sra. Vanessa** – Com FGTS, é isso mesmo. Com relação à situação da DTS Norte, os vínculos que existiam em 2015. Dos vínculos que existiam, dentro das totalidades, dos 72 assentamentos e do total de 122 vínculos hoje, vou mostrar o cenário – permanecem 2%, o verde permanece. **Sra. Vanessa** – Deixe-me explicar. É que houve uma atualização da apresentação, como cheguei atrasada não passei a modificada. Se quiserem posso colocar, mas para não criar nenhuma animosidade mantive a que já es-

tava no curso. Então, do valor dos 12%, deixe-me olhar aqui, esses 2% entram nos 84, que são desvinculados – Vou passar a vocês, passo à Ana a apresentação final, que estou apresentando agora, que houve só atualizações de dados, está comigo, mas não queria criar nenhum atraso na apresentação, então, mantive, porque a modificação é mínima com relação a isso, vocês vão ver – Então, desses 2%, são os 84, permanecem dentro dos 84 desvinculados. Mas o que queria mostrar a vocês hoje, dentro dos vínculos que existiam, os convênios com os particulares, os PACs, os chamamentos não existem mais. Não sei se vão voltar ou se vão ser repactuados, mas hoje não temos previsão que isso venha a acontecer, então, esses vínculos não existem. Na região da área central, o cenário vai ser sempre não favorável, porque os empreendimentos se foram. Do total de 69 assentamentos, um total de 75 vínculos. Desse status, você tem os desvinculados e o que permanece. Permanecem 11% do total. Aí é para mostrar onde estão, de onde caíram os vínculos, os vínculos que não se mantiveram. Tanto que o maior índice é do Minha Casa Minha Vida, chamamentos com relação à COHAB. Sudeste, onde existiam os vínculos que estavam para cada empreendimento, onde você tinha os empreendimentos, os vínculos existentes, os totais e o número de empreendimentos que existiam. Como podem ver, aí dentro do Sudeste tem um exemplo mais impactante, que são as operações urbanas. As operações urbanas tiveram um problema grave, que foram os empreendimentos que estavam dentro da OUCAE, Água Espraiada, que estavam dentro da Lava Jato, então, foram paralisados completamente para todas as operações necessárias. Então, esses empreendimentos hoje foram paralisados, por isso que você tem essa diferença exorbitante dentro da área Sudeste. A situação da Leste, Mesma coisa. Sempre mostrando o que está realizado, o que permanece. E esse esforço foi para mostrar a vocês que não é que os vínculos não vão ser refeitos, é que esse é um informe do cenário das vinculações e por que hoje temos esse trabalho dentro do DEPLAN com as DTSs de discutir como serão os próximos encaminhamentos. Estou falando, vocês tem essas apresentações também, vou só passar uma atualização posterior. Entregarei à Ana para que seja encaminhado formalmente a vocês. Agora, mostrando para vocês dentro do cronograma, hoje, a sistematização de dados com relação aos trabalhos realizados e as vinculações finalizaram. Então, estamos aqui, no final de julho, entregando a vocês o cenário do que hoje temos das vinculações. E no final de agosto nos colocamos à disposição para uma extraordinária que vocês venham a julgar necessária, para que possamos mostrar a vocês o que foi repactuado com relação aos vínculos junto ao trabalho de DTS e CTS no geral. É isso. Muito obrigada. **Sr. João Farias** – Abertas as inscrições. Conselheiros? **Sr. Manoel** – Boa tarde a todos e todas. Sou Manoel, Suplente da Mariza. Só queria um esclarecimento, apesar que para mim é uma apresentação muito técnica, não entendo muita coisa desse gráfico, mas foram apresentadas várias situações vinculadas no gráfico. Querria saber o que quer dizer essa vinculação. Outra coisa que queria entender, por exemplo, onde entra aí Renova São Paulo? Porque Renova São Paulo, que é um programa – Estou falando um pouco da área que acompanho lá da Sapopemba – tinha uma área lá para ser feita Renova São Paulo e até hoje não vimos programa nenhum avançado. Então, queria saber por que Renova São Paulo não entra aí. E não fala dessa questão do vínculo, não está vinculada nesse programa? **Sra. Vanessa** – Mais alguma pergunta para eu poder já responder? Na verdade é o seguinte: O que são os vínculos? Até peço desculpas. São assentamentos. Os assentamentos eram vinculados a um empreendimento. Vamos pegar, qual o exemplo? Sapopemba, né, na Leste? Vou pegar o gráfico da Leste para poder falar com vocês. O que acontece? Quando você olha no gráfico, olha nessa tabela aqui da Leste. Na tabela da Leste, você tem Renova SP, dentro da área da Leste foi desvinculado por falta de recursos. Então, quando falo que não existe mais o vínculo, é a repactuação dos vínculos. O que é o vínculo? O assentamento estava vinculado a um empreendimento. Algumas famílias daquele empreendimento estavam vinculadas a determinado empreendimento de HIS. E isso caiu. Quando falo isso, então, dos 10 vínculos, vamos dar um exemplo aqui, que é Renova, que o senhor estava falando, de 2 vínculos de dois empreendimentos que tinham. Vou dar um exemplo, 2 famílias dentro de um empreendimento, dentro de um assentamento que estavam vinculadas a um Renova. Caiu, esse vínculo caiu, não existe mais esse vínculo, porque o empreendimento não vai sair. Quer dizer, não tenho mais o empreendimento, porque não tem recurso. Qual é a ideia? Hoje as DTSs junto com o DEPLAN estão discutindo e avaliando quais são os caminhos para os vínculos que se perderam, para onde vão as famílias. Agora, a totalidade, como se perdeu 30% dos empreendimentos por falta de recursos não vou conseguir colocar todo mundo que estava vinculado, isso é claro, é só olhar os números. Peço desculpas com relação à parte técnica, mas infelizmente os números, isso é técnico, porque perdi vínculo preciso tentar reestabelecer esse vínculo. Como será feito isso, os técnicos do trabalho social estão fazendo isso junto com o pessoal de planejamento, de DEPLAN, que é o caso da Jane que está aqui conosco, de repactuar os vínculos possíveis dentro das 36 mil unidades habitacionais que estão previstas. É isso que estou falando a vocês. Está mais claro? **Sr. João Farias** – Samira. **Sra. Samira** – Vou polemizar só um pouquinho, mas rápido, não é nem para responder, mas achei esquisito a PPP aparecer aí, porque já conversamos aqui, muito possivelmente não vai atender nem a própria demanda, então, ela não poderia nem constar. **Sra. Vanessa** – A ideia é discutir, continuamos nessa discussão de como vão ser os trabalhos das PPPs, inclusive isso vai para a conferência de habitação para que possamos discutir esse tema da PPP da habitação e como serão os atendimentos dentro das faixas. Acho que por isso que colocamos, é uma intenção de fazermos repactuações e discussões acerca do tema. **Sra. Samira** – O outro é uma dúvida na verdade que surgiu até ontem numa reunião que estávamos, que não consegui lembrar quais os empreendimentos que precisam atender demanda do cadastro da COHAB, que atende 50%, que não conseguimos lembrar. Não sei se alguém aqui tem. **Sr. João Farias** – Deve estar na relação, porque têm vários. **Sra. Samira** – Qual o tipo de empreendimento? **Sr. João Farias** – Por exemplo, Safira, que vamos inaugurar no sábado agora é demanda COHAB e Secretaria. **Sra. Samira** – Sempre tendo o randômico? **Sr. João Farias** – O de sábado não tem COHAB? Fale alguns que tem COHAB? **Sra. Samira** – Não por empreendimento, queria entender porque não lembrávamos. Sei que tem um critério de quais empreendimentos precisam atender demanda da COHAB. **Sra. Samira** – Demanda aberta 100% COHAB? **Sra. Samira** – Era isso que estava tentando lembrar. **Sra. Vanessa** – Em agosto, na possibilidade da extraordinária vamos mostrar a vocês os empreendimentos com as áreas vinculadas e vai ser falado o que é COHAB. Por isso que falei, esse é um informe, trouxemos um histórico do que existia para vocês, porque isso tinha sido pactuado, não tinha sido apresentado. Terminamos o que tinha sido combinado, mostrando o histórico do cenário, mostrando esse panorama do que foi feito, o que caiu, o que ainda permanece. E para agosto, nos colocamos à disposição no final de agosto para que seja feita, numa solicitação de vocês uma extraordinária para que apresentemos o que era PAC, o que permaneceu e que tem de vínculos estabelecidos. É isso que tem que ser feito. **Sra. Samira** – Só para esclarecer, a pergunta era só porque estávamos com dúvida... **Sr. João Farias** – Vamos só respeitar a ordem das inscrições, só um minutinho, espera aí, Fátima, que têm inscrições. Vamos pôr você na inscrição e aí faz esclarecimento. Agora é o Sandro. **Sr.**

Sandro – Vou passar a palavra à Evaniza. **Sr. João Farias** - Vai passar a palavra à Evaniza. **Sra. Evaniza** – Duas perguntas. A primeira até uma sugestão, que além do número de empreendimentos o número de unidades, que alguns empreendimentos significam muitas unidades e outros nem tanto, então, para ter a real dimensão é importante também colocar por número de unidade. E a listagem dos empreendimentos cancelados, suspensões ou que não estão viabilizados ainda, porque nós que atuamos nas regiões conhecemos as áreas, os empreendimentos, é importante colocar não só em número, mas em qualidade. E a pergunta é a seguinte: Como vai ser o processo de discussão? Ou seja, tem uma escolha de Sofia para fazer aí, né? Quem morre e quem vive quem vai ser vinculado, respeitando o que é demanda já de reassentamento. **Sra. Evaniza** – Demanda fechada, mas você têm algumas escolhas, pensando que você tem o Bolsa Aluguel, por exemplo, gente que já estava vinculada a um empreendimento que já não existe mais, como vai ser feito, quais os critérios para decidir quem vai estar dentro da primeira etapa de vinculação e quem não está. E a terceira pergunta: Quem não estiver vinculado, qual é a previsão, como vai ser a resposta para essas pessoas? **Sr. João Farias** - Para quem estava vinculado e não está mais, está no auxílio aluguel, o critério que está sendo usado é o tempo de auxílio aluguel. Ou seja, quanto mais tempo a pessoa estiver no auxílio aluguel mais vamos priorizar para atender, até para seguir uma ordem cronológica justa, significa que ele está há mais tempo esperando. Então, esse é o critério. Para quem não estiver nem em um nem em outro. **Sr. João Farias** – E aí é quem não estava, é lista geral que você está dizendo, é isso? **Sr. João Farias** – Então, está respondido. **Fátima. Sra. Fátima** – A Evaniza já perguntou alguma coisa, só mais uma dúvida. Nessa questão da vinculação se as famílias vão conseguir pelo CPF acessar e saber onde estão vinculados, onde vai sair a unidade deles. **Sra. Vanessa** – Sinceramente, pelo que tenho visto não acho que o CPF vai ser um critério fácil de ser implementado, porque você tem a dinâmica do trabalho de empreendimentos, como existiu o vínculo e a desvinculação agora, existem pactos e repactuações que são feitas. E aí vou dar um tiro no pé novamente se colocar, posso sim fazer uma extração, que aí é uma sugestão que estou dando agora, no caso Vanessa, não é DEPLAN, por exemplo, a cada entrega, como isso já vem sendo feitas as entregas, as pessoas são repactuadas e colocadas, como já foi sugerido até pela equipe, de ser feito um extrato semestral do que foi entregue ou do que está previsto a entregar com as demandas vinculadas. Por exemplo, vou entregar o Espanha daqui a dois, três meses, eu já tenho a demanda que vai para lá. Publicizo anterior à entrega com o CPF, isso posso fazer. Não tenho condições, dentro da dinamicidade dos vínculos, que como vocês viram, já se perderam e já tinham sido repactuados, fazer isso hoje e dar um tiro no pé lá na frente. E aí outro Secretário ou este Secretário venha a sofrer com isso posteriormente. É uma prerrogativa que hoje estamos analisando em nível de DEPLAN, que não seria o ideal publicizar esse dado hoje, dentro desse extrato. Em agosto, venho falar com vocês, apresento os vínculos que foram repactuados, e falo: Oh, vamos repactuar todo mundo. Vai lá, a "Soelma", CPF XYZ vai para o empreendimento tal, tal. Ai digamos que não vem orçamento, não vem dinheiro para aquele empreendimento. Dou um tiro no pé, a família ficou com expectativa de mudar. Sendo que se eu fizer essa repactuação, falar com vocês: Daqui a seis meses vou entregar outro empreendimento, vou entregar o Safira. Três meses antes já sei quem vai, tenho a demanda, está tudo fechado. Publicizo esse dado. Agora, fazer isso com uma anterioridade que venha a criar um problema futuro, como está acontecendo hoje, eu acho terrível. É minha opinião como Vanessa, como profissional do urbanismo. **Sr. João Farias** – Mariza. **Sra. Mariza** - O que vocês estão pensando, Vanessa, com essa demanda, falamos assim, nós Movimentos sabemos a realidade, essa demanda aqui tinha uma expectativa, estava no HabitaSampa, depois virou outro nome, era Habite-se. **Sra. Mariza** – Habite-se, virou HabitaSampa. Então, o que vocês estão pensando, vão chamar essa demanda, vão dar uma resposta para essa demanda? Até porque as famílias nos procuram para saber realmente quando vão ser atendidas. Estamos entendendo sua colocação, também explicamos a nossa demanda, vocês, SEHAB, COHAB, qual vai ser o procedimento, o que estão pensando para tratar de fato com essa demanda que está há muitos anos aguardando? Recebem auxílio, mas isso que é interessante para elas, elas querem a moradia definitiva. **Sr. João Farias** – Vou aproveitar e responder à Mariza e dar um enfoque na resposta da Vanessa para a Fátima. Vamos achar uma ferramenta que deixe muito claro e transparente quais são os critérios e a forma que as pessoas vão ser beneficiadas para uma moradia definitiva e quais foram os critérios. Essa forma está em construção, não sei se é essa a proposta à Vanessa, tenho dúvidas também, acho que precisa ser aprimorada, até porque estamos falando aqui de empreendimentos em construção. Aqueles que não vão sair já sabemos quais são. Os que vão sair também sabemos quais são. Então, não temos muita dificuldade de saber quais são as famílias que serão atendidas nesse que vai ser, que sairão. Temos certeza que vai sair. Tendo essa certeza não temos nenhuma dificuldade em publicizar quem vai ser atendido. Lógico, levando-se em consideração salvaguarda de que precisa passar pelo crivo da Caixa Econômica Federal, que é o famoso dossiê que todo mundo aqui está cansado de saber. Então, vamos trabalhar para aprimorar. Espero, até porque temos um TAC no Ministério Público que temos que responder, que foi assinado em 2014 ainda, lá de trás e até hoje neste item específico não foi cumprido, que é a questão da forma que damos publicidade e comunica às famílias que estão em nosso cadastro, onde vão ser atendidas. Porque teve aí infelizmente essa vinculação em uma série de empreendimentos que não se vingaram por N motivos. Talvez possa ter tido uma precipitação desse vínculo e acabou criando essa confusão, enfim, mas não vem ao caso esse debate. Em relação à qual resposta vamos dar a essas famílias, não sabemos ainda, Mariza, porque também estamos atrás dela, porque não é só desvinculação o que acabou. Hoje acabou o dinheiro para o Minha Casa Minha Vida Faixa 1, está um pouco pior a notícia, se já era ruim, piorou. Estamos trabalhando, mudando lei, indo atrás de recurso, dialogando com o Governo Federal, conversando com as entidades, organizando conferência, fazendo debate, pegando empréstimo de banco para construir mais unidades, enfim, estamos buscando a solução. Estamos criando PPP. E aí quando cria PPP acha que a PPP é para substituir o Minha Casa Minha Vida Faixa 1, aí vira aquela briga. Mas, enfim, estamos trabalhando no sentido de encontrar alternativa. O que estamos fazendo? Conversando com todo mundo que nos procura, estamos indo. Antes de ontem fui ao Paraisópolis conversar com a população do Faixa de Gaza, a pedido do MTST. Fui convidado para ir na semana que vem à Zona Leste. Estou indo onde as pessoas me convidam para discutir ideias, apresentar o que a prefeitura vem construindo, enfim. Mas de forma objetiva, vocês têm a solução para essa população que perdeu o vínculo? Infelizmente ainda não. Teremos? Estamos trabalhando, é algo a construirmos juntos, depende de muitas circunstâncias, boa parte delas que não passam necessariamente pelas mãos da cidade de São Paulo, tem muita coisa que dependemos de forma efetiva de saber o que o Governo Federal de fato vai fazer com o programa habitacional dele para o próximo período. Vamos seguir o barco aqui. Vamos ao último item da pauta e depois, acatando a sugestão, vamos falar um pouquinho sobre o auxílio aluguel e sobre o censo nos cortiços. 5. Solicitação de Voto CMH nº18/2019-7ª Gestão- Minuta de Resolução do CMH para criação do GRUPO DE TRABALHO PROGRA-

MAS HABITACIONAIS- Conselheiro Eduardo Debrassi. Acho que todos leram. A ideia é esse grupo começar a trabalhar o mais rápido possível, de preferência na semana que vem. **Sra. Ana Maria Maluf** – Quería até falar. **Sr. João Farias** – Pois não. **Sra. Ana Maria Maluf** – Tínhamos mandado um convite. Trinta pessoas que se inscreveram para participar desse grupo de trabalho dos programas habitacionais, que havia sido proposto na reunião extraordinária realizada no mês passado. Houve uma grande adesão, mais de trinta pessoas. A reunião estava prevista para amanhã, mas tivemos que mudar a agenda, já mandei um e-mail a todos, será realizada no dia 30, terça-feira, às 4h da tarde, nesse auditório. Então, serão divididos subgrupos sobre os programas habitacionais que esse GT vai trabalhar e trazer propostas aqui ao Conselho quais seriam os novos programas habitacionais da Secretaria. **Sr. Kiko** – Era às 10h, né? **Sra. Ana Maria Maluf** – Amanhã seria às 10h. **Sr. João Farias** – Ficou para as 16h. Tudo bem, tudo ok, todos concordam? Aproveito. **Sra. Samira** – Começar com o censo de cortiços, não sei se todo mundo sabe, mas era uma demanda da operação urbana centro fazer um censo de todos os cortiços. Foi aberta no ano passado ou retrasado a concorrência. Já tem o ganhador desde janeiro deste ano e ainda não foi contratado. Queríamos entender por que ainda não foi contratado e qual a previsão de contratação. **Sr. João Farias** – Vamos lá. O censo do cortiço está no foco da Secretaria. Houve o processo de chamamento feito com entidades na prefeitura. Teve um instituto que ganhou o chamamento. Esse contrato chegou até mim para ser assinado acerca de 20 dias. Houve uma observação feita pela minha assessoria técnica que o chamamento estava em desacordo com o que tinha sido aprovado no Conselho da operação urbana do centro, que tinha aprovado a contratação para o censo do cortiço através de um processo licitatório. E mudaram de processo licitatório para chamamento. Ai os motivos são variados. Acho que se buscou tentar priorizar entidades específicas públicas ou entidades de ensino que tem expertise na área. Não estou discutindo a ideia, que pode ter sido positiva, porém, ao ser orientado, solicitei uma manifestação da Controladoria, que sugeriu que cancelássemos esse processo e abrisse um processo licitatório novo, abrir para participação não só de entidades de pesquisa, mas também empresas especializadas na área de levantamento. Por coincidência hoje chegou em minha mesa carga em relação a isso. Estou cancelando essa contratação, esse certame e abrindo novo processo licitatório nos próximos dias, onde vai poder participar inclusive essas fundações, entidades de pesquisa, porém, estará aberto o certame também para outras instituições de ensino, por exemplo, particulares, caso queiram participar, ou empresas, enfim, com intuito inclusive de garantir maior participação. Foi isso, então, não vai deixar de acontecer, porém, vai ter um atraso de início de pelo menos alguns meses. É isso. **Sr. Paulo Emílio** – Secretário, só completando, recebi também um pedido de colegas, de Conselheiros que estão envolvidos nesse processo e não estão sabendo de nada. Então, seria legal que se comunicasse, porque são profissionais, você citou uma ONG, "Instituto Pólis", têm profissionais envolvidos, têm gastos envolvidos aí, é uma demanda que recebemos de parceiros, então, seria legal estarem presentes. **Sr. João Farias** – É uma medida meramente administrativa. **Sr. Paulo Emílio** – Eu sei, é que é uma parte que está envolvida. **Sr. João Farias** – Não entendi. **Sr. Paulo Emílio** – Tem uma parte envolvida, que não é Secretaria, são particulares. **Sr. João Farias** – Veja, aqueles que participaram, na verdade não são aqueles que participaram, quem em tese teria o contrato assinado está sendo informado que o contrato não vai ser assinado, porque temos uma orientação para abrir um novo certame, ao invés de chamamento, licitação, que é o certame que estabelece a 8.661, que vamos fazer. Estou dando satisfação aqui porque estou sendo perguntado pelo Conselho. Então, não vamos deixar de fazer o censo, não poderemos e não iremos fazer o censo através do procedimento que foi realizado para essa contratação. Nada inclusive impede que essa entidade que ganhou, participe e ganhe novamente, só que aí estarei muito mais tranquilo do ponto de vista legal, porque estou amparado numa posição estabelecida pela Controladoria do Município, que recomendo que abrissemos um novo certame. É isso. E aí se alguém quiser, o Conselho quiser, não tenho nenhum problema em depois passar cópia do despacho da Controladoria enviado ao nosso gabinete. Qual é o outro item? **Sra. Samira** – A Ana Maria nos passa, por favor? **Sr. João Farias** – A Ana Maria passará a vocês. **Sra. Samira** – Obrigada. **Sr. João Farias** – Passa individual. Qual é a outra sugestão que quer discutir, Samira? **Sra. Samira** - Sobre a questão do cancelamento das 5 mil bolsas, auxílio aluguel, que foi anunciado. **Sr. João Farias** – Primeiro que não é cancelamento, é bloqueio. **Sra. Samira** – Cancelamento temporário. **Sr. João Farias** – Cancelamento é cancelamento, bloqueio sim é temporário. Se cancelo tenho que reativar. Ai têm diversas questões falando sobre isso, mas de forma muito objetiva, é um debate antigo inclusive entre Membros deste Conselho, que temos um número excessivo de pessoas no auxílio aluguel, de que pode ter gente recebendo auxílio aluguel que não teria direito, que morreu, que não mora mais em São Paulo, que precisa fazer alguma coisa pelo auxílio aluguel. Topei encarar esse desafio, porque também tenho o mesmo entendimento, o mesmo pressentimento. Iniciamos todo processo de construção para fazer um recadastramento do auxílio aluguel, que é uma exigência da Portaria 131 e nunca foi feito, nunca houve um recadastramento do auxílio aluguel na cidade de São Paulo. Já houve recadastramento das pessoas que estão aguardando para atendimento, muitos inclusive que fazem parte do auxílio aluguel, mas não especificamente por conta do recebimento do auxílio aluguel. E neste processo, encontrando inclusive uma série de dificuldades para organizarmos o recadastramento, tendo em vista a quantidade de famílias, solicitamos ao Banco do Brasil a relação dos pagamentos do auxílio aluguel nos últimos seis meses, onde foi efetuado o saque do auxílio aluguel, porque é evidente que o saque nos dá uma demonstração, pelo menos do ponto de vista da onde está sendo a retirada, se existem pessoas fora da cidade de São Paulo, que é uma exigência objetiva da portaria, recebendo auxílio aluguel. A portaria veda a possibilidade de você pagar auxílio aluguel às pessoas que moram fora da cidade de São Paulo, mesmo aquelas que moram na região metropolitana. Por mais que possamos até achar que tem sentido, porque o aluguel é um pouco mais barato, porque temos famílias que foram removidas de áreas de divisas da cidade de São Paulo, que também concordo com essa anuência que temos, a portaria é expressa, porque a legislação impede que um gestor pague benefício para pessoas que não morem em sua cidade. E aí não é só no auxílio aluguel, em qualquer outro tipo de benefício. O bolsa família é pago em Osasco para quem mora em Osasco, pela Prefeitura de Osasco. A Prefeitura de São Paulo não paga bolsa família ao morador de Osasco, paga ao morador de São Paulo. Detectamos de que pelo menos, e aí fomos conservadores e usamos alguns critérios para fazer esse bloqueio, que é temporário, porque as pessoas vão ter o direito de procurar a prefeitura a partir do dia 1º de agosto para comprovar que a origem do saque não consiste com a realidade de vida dela. Ou seja, ela sacou lá em Embu, mas mora em São Paulo, trabalha em Embu. Ela vai trazer o comprovante de endereço, vai trazer o contrato de locação ou uma declaração de terceiro, com firma reconhecida, que ela paga aluguel, e ela vai ter seu recurso desbloqueado. Aquele que está lá em Pernambuco, que sacou os últimos cinco meses em Pernambuco, no Bahia, no Rio de Janeiro, em Santa Catarina, no Ceará, vai ter o mesmo direito de vir até à prefeitura no dia 1º. A nossa equipe do Conselho, toda nossa estrutura está se preparando para

receber as famílias. Estamos mandando SMS para quem temos contato. Outra coisa, por que você não esperou, primeiro comunicou às famílias e depois fez? Porque veja, quando o bloqueio é feito aqui é feito de forma preventiva. Então, primeiro faz o bloqueio. Você verificou uma anomalia. Bloqueia e a pessoa tem que sanar essa anomalia. Segundo, que também tem que levar em consideração aqui, tem gente que a prefeitura não tem nem o contato, porque quando foi feito o cadastramento dessas pessoas foi na selagem, na época da remoção. E como não foi feito o recadastramento posterior de onde elas estão morando, pagando auxílio aluguel, tem pessoa que sequer temos o endereço. Tem muita gente que mantém contato com os departamentos regionais, deixa o telefone atualizado, então, estamos usando o telefone das pessoas, que vai receber mensagens do 156 para agendar seu dia de vir aqui. Mas o fato é o seguinte, vamos moralizar o auxílio aluguel e estamos começando a moralização para aqueles que vimos indicio objetivo de que poderá ter irregularidade. Para vocês terem uma ideia, dos 4.879 que estão sendo bloqueados, mais de mil é fora do Estado de São Paulo e no interior de São Paulo. Você tem 540 fora do Estado de São Paulo e 400 e poucos no interior. Temos 3 mil e alguma coisa na Grande São Paulo, 1.900 só na cidade de Embu, sacando na mesma agência, diga-se de passagem é um terminal eletrônico. Ai pergunto para vocês: Não bloqueio, chamo aqui primeiro? Não, o mínimo que temos que fazer é tomar medidas de prevenção, porque é dinheiro público de vocês que está faltando para a habitação sendo desviado para outros fins. Não, mas, Secretário, tem injustiça. As injustiças serão reparadas e as pessoas inclusive receberão, caso comprovarem que moram em São Paulo, o valor retroativo que foi bloqueado. Por isso que o bloqueio é temporário. A Secretaria já faz bloqueios temporários aqui, não é a primeira vez que vai ter bloqueio. Nunca se teve nessa dimensão, é verdade, porque também nunca se detectou algo nessa dimensão. Então, nossa medida é preventiva, pode ter caráter provisório se a partir do dia 1º de agosto essas famílias comprovarem residência na cidade de São Paulo. Terão automaticamente seus recursos desbloqueados. E se não comprovarem terão, aí sim, seus recursos cancelados. E em setembro vamos fazer o recadastramento, que aí já é outra etapa, porque não estou discutindo neste momento inclusive se as 5 mil estão ou não dentro dos critérios da Portaria 131, como ela está, por exemplo, a questão da renda, nem estamos discutindo com essas pessoas da renda neste momento, estamos discutindo apenas a origem residencial. Em setembro vamos discutir a renda, inclusive vamos reavaliar a portaria para que possamos aumentar o limite da renda da portaria atual, que está tão defasado quanto o valor que é pago ao auxílio aluguel. E pretendemos, se possível, reajustar. O resto é muita conversa. Tem de tudo, tem até que estou fazendo isso para colocar os fiéis da Universal do Reino de Deus no auxílio aluguel, para vocês terem ideia de onde chega a imaginação de algumas pessoas. Então, se ouve de tudo, é para poder atender aos meus eleitores, se tem de tudo, porque as pessoas podem pensar o que quiser, a mente, graças a Deus somos livres, temos que ter responsabilidade no que falamos, todos, sem exceção, que algumas coisas são complicadas de se dizer, algumas muito maldosas, muito injustas, como essa, por exemplo, que beira a preconceito. Não sou da Universal do Reino de Deus, mas se tiver algum membro da Universal que se enquadre no auxílio aluguel, procure a prefeitura e esteja enquadrado, ele vai receber, como alguém da Umbanda, da Católica, enfim, mas não estou aqui para atender interesse de nenhum grupo, nem religioso, nem político, é uma medida administrativa com intuito de mostrar gestão e moralidade na administração da Secretaria de Habitação. É isso. Pois não, Paulo. **Sr. Paulo Emílio** – Secretário, só queria pedir, porque esse processo muito provavelmente vai se repetir, o senhor já falou que não é a primeira vez que se faz cancelamentos, e tal, mas para termos um pouco de cuidado, chamar os Movimentos para conversar quando a medida puder minimamente ameaçar pessoas que não estão cometendo deslizes. Esse número em Embu, por exemplo, pode indicar sim pessoas que moram em São Paulo e trabalha, porque são municípios vizinhos, estão muito próximos. E aí você dizer que vai devolver para a população que está no limite da precariedade no Município de São Paulo é muito complicado, porque nós, classe média, se não recebermos agora, receberemos depois de amanhã, tem como se virar, mas o cara que está removido de uma favela muitas vezes não tem como se virar, até a prefeitura reconhecer um direito que ele acaba perdendo, mesmo que não tenha sido cancelado, apenas bloqueado. Só uma sugestão, para próximas atitudes como essa tentarmos discutir um pouco antes, porque é um número muito grande. Óbvio, quem está em outro estado eu concordo plenamente em bloquear imediatamente. Uma sugestão. **Sr. João Farias** – Ele poderia ser maior, é que usamos o critério dos 65% de saque fora da cidade de São Paulo. Peguei os seis últimos meses e utilizei quatro saques. Se fosse utilizar 80% seriam 8 mil. Então, estamos tentando ser o mais correto possível. Evidente, vou repetir, disse isso aos assistentes sociais da prefeitura, que tive uma reunião com eles nesta semana, de forma muito legítima muitos me questionaram sobre a medida, sobre a preocupação do que envolve as famílias. Quero dizer a vocês que também tenho esse entendimento, mas não é possível uma medida dessas sem que tenha algum efeito colateral, tenho isso muito claro. O que estamos fazendo é criando instrumentos para que o efeito colateral seja o mínimo possível. Por isso temos várias pessoas fazendo um trabalho desde quando tomamos a decisão, porque ainda não foi bloqueado. O bloqueio é a partir do dia 1º, que é o dia que as pessoas recebem, para que todas as pessoas, inclusive que vão ser bloqueadas, possam ter conhecimento do bloqueio o mais rápido possível, para poder procurar a prefeitura. Porque aquele que eventualmente acabou sendo vítima de uma ação nossa por ter pego alguém que mora em São Paulo e mora em Embu; ou mora em São Paulo e trabalha em São Bernardo; ou mora em São Paulo e trabalha em Guarulhos, rapidamente resolvermos. Mas para poder fazer o que tem que ser feito, a medida tinha que ser tomada. Lógico que alguns podem não concordar, costume dizer, também é legítimo, mas estamos muito seguros de que nossa medida não é com intuito de prejudicar ninguém. Muito pelo contrário. E vamos fazer de tudo para evitar que o efeito colateral seja maior. O doutor pediu primeiro. **Sr. André** - Boa tarde ao Presidente do Conselho, demais Conselheiros. Tenho alguns questionamentos a fazer em relação a essa suspensão, que seria a palavra mais adequada, primeiramente, até uma sugestão, no final, como nós, tão bem-sucedidamente discutimos a questão da portaria, dos procedimentos para a regularização fundiária, pediria que V. Exa. até estudasse a questão de junto com o Conselho estudarmos a questão de uma portaria, para ter questões objetivas em relação ao cumprimento das regras e até mesmo da suspensão do auxílio aluguel. Por quê? Qual é minha preocupação? É a questão dos critérios utilizados. Por quê? Temos na Vila Industrial uma rua que separa de Santo André, então, obviamente, por exemplo, quem mora na Vila Industrial, quem mora, por exemplo, perto do Taboão, é uma rua que divide. A maioria das vezes o banco mais próximo fica até no município vizinho. Nossa querida e amada São Caetano do Sul, ao lado da Califórnia, ali também no Sacomá e outros lugares ali também. Então, minha preocupação, Secretário, porque apareceu de maneira histriônica na mídia essa questão. Por quê? Ah, vai ser suspenso a partir de 1º de agosto. Mas 1º de agosto já foi um mês de aluguel, então, a pessoa não vai ter o dinheiro para cumprir o compromisso do auxílio aluguel. Então, minha sugestão, Secretário, é que pudéssemos até através de um GT estudarmos a questão, até para que possamos aqui

ter regras claras, como será daqui para frente. Então, uma portaria, a redação da portaria, para saber, primeiro, quais os critérios. **Sr. João Farias** – A portaria é clara quais são os critérios, se o senhor tiver conhecimento dela. **Sr. André** – A questão da suspensão, Secretário, porque da maneira que foi feita, foi feita de maneira atabalhoada. Por quê? **Sr. João Farias** – Desculpa, atabalhoada não, aí você está, desculpa, desrespeitando quem está trabalhando muito em cima disso. Melhora um pouquinho, não falei que você é atabalhoado, então, não precisa me chamar do mesmo. **Sr. André** – Não estou falando do senhor é. **Sr. João Farias** – Fui eu que oficializei. **Sr. André** – Não estou individualizando isso daí, nem levando para o pessoal, estou dizendo que a maneira que foi feita causou uma polêmica desnecessária. O que estou sugerindo é o seguinte, que tenhamos regras claras. Por quê? Mesmo cadastramento, o senhor acabou de anunciar que a prefeitura num total desconhece não tem endereço dessas famílias, como será feito esse anúncio? Vai ser por edital? Como será feita essa questão para se encontrar as famílias para o cadastro? Porque muitas pessoas vão ser cadastradas também têm dificuldade de ser encontradas, então, para que possamos até organizar essa questão do recadastramento. Essa é a questão. Obrigado. **Sra. Samira** – Acho que vou enfatizar também a fala do Paulo, porque entendo assim, se a prefeitura não vinha fiscalizando isso e não tinha controle sobre isso para saber que essas pessoas estavam fazendo isso, não é porque a partir de um momento que vocês tiveram conhecimento disso que vou poder prejudicar pessoas que estão corretas ali nesse processo. Na verdade acho que vocês deveriam rever realmente essa decisão... **Sr. João Farias** – Só te fazer uma pergunta: Como é que eu identifico quem está lá que está correto? **Sra. Samira** – Então, você não acabou de descobrir pelo Banco do Brasil, que um monte de gente pode ser que não esteja. Então, num processo, depois que descobre isso eu acho que o ideal seria você dar um tempo para essas pessoas poderem se justificar. Convoca as pessoas para conversarem, porque assim, aqui para muita gente os R\$400 não faz falta, mas acredito que a maioria dessas 5 mil pessoas R\$400 vai fazer falta. E a maioria vai descobrir isso na hora que for sacar esse dinheiro. Então, pode ser um mal até irreversível em muitos casos por conta de uma questão que foi um erro da prefeitura de anos de não acompanhar isso. Então, não acho que seja o certo de uma hora para outra tentar resolver o problema e prejudicar quem está certo no processo. **Sr. João Farias** – Respeito opinião de todos, mas só quero dizer o seguinte, mal irreversível é se ter permitido ou se permitir tirar dinheiro público ser jogado fora e deixar de atender aos interesses que tem que ser atendidos. Vou aqui ser muito objetivo com vocês. Entramos só no quesito até agora do auxílio aluguel, que é o saque fora da cidade. E se começarmos a discutir, por exemplo, os saques fracionados? Mas vamos discutir, e aí fica muito fácil fazermos crítica a quem teve coragem de fazer alguma coisa e esquecer aqueles lá atrás que tinham obrigação de ter feito, que não fizeram nada, como, por exemplo, o recadastramento que estava estabelecido na portaria. Mas não tenho nenhum problema em receber as críticas. Vamos fazer um recadastramento, vamos tirar todo mundo que estiver recebendo auxílio aluguel de forma ilegal, porque estou aqui para cumprir a lei. Vamos limpar de uma vez por todas o auxílio aluguel para aqueles que de fato tem o direito, até para que eu possa atender quem precisa, para que possa se discutir o reajuste do auxílio aluguel, que há muitos anos não é reajustado. Espero sinceramente que possa contar com os Movimentos de moradia nessa luta, porque é uma luta séria. Lógico que conseguimos por senão em tudo: Ai, podia ter esperado. Ai, podia ter feito melhor. Ai, podia ter sido mais clara a portaria. Pega o Manual 50, que estabelece as regras da Portaria 131, que vai ver lá que a questão do bloqueio é muito clara, é muito objetiva. O que está assustando é o número. Lógico que o número está assustando, porque o número de recebimentos suspeitos fora de São Paulo é muito grande. Se fosse só 50 ninguém estaria discutindo aqui, só que estou dizendo, sendo muito conservador, quase 5 mil. Qual foi a decisão? Porque a decisão foi tomada em cima de algo objetivo, está ali, o extrato bancário com saque lá no interior da Bahia nos últimos quatro meses. Está lá no interior de São Paulo, cidade de Mirandópolis, Franca, Americana, nos últimos quatro meses. Está aqui em São Bernardo, em Embu, que é onde acho que podemos pegar gente que mora em São Paulo e vamos corrigir, saque nos últimos quatro meses. Qual é a medida que podemos tomar, além do bloqueio temporário e a convocação dessas famílias? Nos ajudem, vocês que conhecem gente no auxílio aluguel peça para procurar o 156 da prefeitura, peça para ligar na Secretaria para saber se o nome dela está na relação do bloqueio, porque vamos lembrar aqui que vamos ter quase 5 mil bloqueios agora, mas vão continuar pagando os outros 20.444, que pode até estar uma parte fora do que estabelece a portaria, mas fazem seus saques na cidade de São Paulo. Sobre eles não estamos tomando nenhuma medida ainda. Poderia, por exemplo, ter mudado o critério. Tem saque fracionado de R\$50, R\$40, R\$30, acho que não está usando para pagar aluguel, vamos bloquear também! Porque também não é pouco, são muitos. Não, vamos tratar especificamente neste momento daqueles que estão fora do que estabelece a portaria, que é dentro do perímetro de São Paulo, morando na cidade de São Paulo. Estamos com foco principal nesses agora. Em setembro pretendemos ampliar esse trabalho. É, mas vocês vão criar dificuldade! Não vamos criar dificuldade, porque a portaria diz que você recebe auxílio aluguel para pagar, complementar o aluguel. Então, o que vamos pedir: contrato de locação. Muita gente não tem contrato de locação, uma declaração de terceiro que recebe seu aluguel, com comprovante de endereço, está resolvido. Ah, não tenho comprovante de endereço, não tem adequação. Bom, você não pode receber auxílio aluguel. É a lei, a portaria. Ah, mas a família precisa. Até acredito que precise, mas estou aqui para discutir e para gastar o recurso público, conforme estabelece a lei, não posso fazer diferente. Então, é isso que estamos fazendo, porém, sei que nesse processo, nessa medida é possível que tenham pessoas que sejam prejudicadas momentaneamente. A elas terei maior humildade de pedir desculpas na hora e no momento certo, mas não tinha outra forma de sanar isso se não tomasse a medida que tomamos, está bom? Conforme o combinado, temos cinco minutos, porque tenho uma reunião com o Prefeito. **Fátima, Sandro. Sra. Fátima** – Só uma coisa, Secretário, está correta essa questão de saber realmente as famílias que não estão morando na cidade de São Paulo, que realmente a Secretaria faça essa averiguação. Mas estou só colocando uma situação, isso já é uma pergunta nessa situação: A família que for chamada, estamos discutindo aqui como as famílias vão saber. A partir da hora que for bloqueado eles vão saber e aparecer. Não recebeu, não aparecer para saber por que não recebeu. Mas, por exemplo, sou uma família identificada. Fui chamada. Vim aqui e comprovei, imediatamente estará liberado o meu auxílio aluguel para quitar meu aluguel! **Sr. João Farias** – Já vou te responder. **Sra. Fátima** – Deixe-me terminar. **Sr. João Farias** – Tá. **Sra. Fátima** – Porque sabemos muito bem como vivem essas famílias e sabemos a situação de várias famílias que moram e às vezes pagam em um quarto e cozinha até mais de R\$400, e tem aquele proprietário que fala "Se não pagou, amanhã quero sua casa", essas famílias ficando um mês sem receber. Então, o critério vai ser: A família vai ser chamada e será desbloqueado imediatamente a partir do momento que ela comprove? Ou vai ter que esperar um tempo, espera averiguação de toda essa parte, que aí vai demorar, não acredito que a Secretaria consiga resolver isso em um mês, pela quantidade, tem social, e tudo, acredito que não consiga resolver isso em

um mês, chamar todo mundo, 5 mil famílias serão desbloqueadas em um mês, isso vai dar algum tempo. Como vai se dar esse processo? É uma pergunta, para que as famílias que estejam legais, regulares não sejam prejudicadas, estão morando na cidade de São Paulo, que comprovam sua renda. Tem mais uma coisa, que os companheiros até colocaram e citaram, que é preocupante, na divisa. Por exemplo, moro numa divisa do Taboão com São Bernardo. Moro em São Paulo, mas vou ao banco ali do Taboão, São Bernardo, que é mais próximo da minha casa, vou fazer saque, e tudo, mas moro em São Paulo e tenho como comprovar. **Sr. João Farias** – Vou repetir, não estamos discutindo o local do saque, se a pessoa vier lá do Ceará e provar que foi para lá e ficou três, quatro meses cuidando da mãe, por isso ficou lá, mas mora aqui em São Paulo, ela vai ter o auxílio aluguel dela reativado. A discussão não é porque ele está sacando fora que não pode sacar fora. Ele pode. Estamos discutindo as circunstâncias. Fátima, lógico que não é automático, porque infelizmente não consigo bloquear na conta do banco, não consigo convencer o banco de usar essa ferramenta de o bloqueio ser feito no banco, ainda porque o banco tem razão para isso, devia ter alguma medida legal, alguma coisa que desse garantia para ele fazer isso. Mas estamos montando uma força-tarefa no departamento financeiro para que seja quase que simultâneo. O DTS, as equipes, assistentes sociais, atendentes que vão receber as famílias constatou de que o bloqueio foi indevido, já vai ter uma equipe pronta para iniciar o processo de desbloqueio e o dinheiro dela ser depositado. Não vai ser de imediato, mas posso lhe garantir que não vai ser também em um mês, como você está dizendo. Muito pelo contrário, precisamos fazer isso em 10, no máximo 15. Agora, também sei que ninguém será despejado porque atrasou o aluguel uma semana, 10 dias, porque morei muito tempo de minha vida de aluguel e também já atrasei o aluguel. Rapidinho, Sandro, que meu horário estourou. **Sr. Sandro** – Boa tarde a todas e todos. Estive um pouco de tempo afastado aqui do Conselho, estou voltando agora. De fato, Secretário, quando vi essa história me causou uma estranheza. E hoje estamos tendo aqui oportunidade para entender como foi tomada a decisão com relação aos procedimentos. Represento aqui o segmento da Sociedade Civil, assessorias técnicas, fazemos um trabalho direto com os Movimentos Populares, os Movimentos de moradia, assim, como realizamos o trabalho social diretamente com os Movimentos e as famílias, temos uma tendência de conhecer cada pessoa pelo nome, a situação familiar, isso ajuda bastante. E sei que para vocês às vezes é difícil, porque vocês estão lidando com os números. Realmente é grandioso, quando se fala 5 mil, nossa, é muito grande, né? E é difícil saber quem é quem, é difícil saber a realidade de cada um. Mas o que me pareceu, o que me veio à cabeça imediatamente seria fazer um procedimento inverso, acho que convocar essas famílias, acho que não bloquear de imediato. Vocês já fizeram o filtro: Ah, tem quase 5 mil famílias que não sacam aqui. Vamos convocar essas famílias, porque não sabemos a realidade toda, pode ser que tenham alguns casos sim que não estejam cumprindo o que determina a regulamentação da prefeitura, os critérios desse programa do auxílio aluguel, mas, assim, tem muito trabalhador que tem dificuldade de vir até a prefeitura também para prestar contas. Em algum momento ele vai ter que vir, não sabemos qual é a situação de vida. E sabemos que esses recursos são fundamentais para muitos, então, é mais uma preocupação de um próximo momento tomar um procedimento de outra forma, de convocar primeiro. Entendo, assim, seu argumento está claríssimo, da decisão que vocês tomaram, mas, por exemplo, se fosse eu em seu lugar tomaria de outra forma. Então, acho que é uma decisão. Por mais que seja administrativa, mas é uma decisão que foi tomada de um procedimento, por mais que você esteja seguindo as regras. E está, então, verificar se todos estão também. Então, acho que é mais uma sugestão, uma recomendação para ter alguns cuidados aí para frente. **Sr. João Farias** – Para deixar para reflexão para vocês, que aí estou falando sério mesmo, para todo mundo refletir isso. Para fazer o bloqueio tínhamos que tomar a decisão até o dia 24 de julho, foi ontem, então, tem tempo hábil, porque tem todo o processo de encaminhar à instituição financeira. Fazer só uma pergunta a vocês. Se estivessem em meu lugar, chega essa bomba na mão de vocês: Oh, tem aqui 5 mil, vamos falar no número de 5 mil. Se o senhor mandar pagar os 5 mil e o senhor mandar depois chamar os 5 mil, eles podem vir, mas vão receber, porque não vou bloquear, não tenho como bloquear. Eles não vão ter condições de vir até o dia 1º de agosto, então, vai garantir que este mês eles vão receber. Aí vai lá, teve 2 mil que conseguiu regularizar e paguei 3 mil irregular. Aí vem o Ministério Público: O Sr. João Farias, o senhor sabia que tinha 3 mil lá com possibilidade de ser irregular, o senhor não bloqueou preventivamente, o senhor vai devolver esse dinheiro aos cofres públicos e vou lhe denunciar por improbidade administrativa. Alguém aqui tem dúvida que isso iria acontecer? Não. **Sr. João Farias** – Só que mesmo assim, amanhã vou ao Ministério Público, que agora ele quer saber por que bloqueei. Para vocês verem como não é fácil estar aqui para tomar essas decisões, porque se pago e chamam também corro esse risco. Aí, gente, vai pelo feeling, e meu feeling disse "Aqui tem bastante problema". Então, sana o problema, resolve aqueles que não são problema, e aí infelizmente eles vão ter alguma dor de cabeça nesses primeiros dias, e sana o problema. Porque se pago também, ou se faço o que estão me pedindo, se não tivesse agido de forma atabalhoada e fizesse o que estão me pedindo, poderia daqui a 15 dias estar no jornal: Secretário de Habitação paga 3 mil auxílio aluguel irregular, sabendo da irregularidade. Então, não dá, prefiro agir de forma atabalhoada, mas com certeza de que vai dar tudo certo no final. Obrigada. Boa tarde a todos. Está encerrado. (Encerra-se a reunião)

HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

RESOLUÇÃO HOSPITAL DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 09 DE 17 DE SETEMBRO DE 2019.

Abre Crédito Adicional de R\$ 24.170,00 (Vinte e Quatro Mil e Cento e Setenta Reais) de acordo com a Lei nº 17.021/2018.

Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, na conformidade da autorização contida no art. 13 da Lei nº 17.021, de 27 de dezembro de 2018, e no art. 24 do Decreto 58.606, de 18 de janeiro de 2019, e visando possibilitar despesas inerentes às atividades do Hospital do Servidor Público Municipal,

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica aberto crédito adicional suplementar no valor de R\$ 24.170,00(Vinte e Quatro Mil e Cento e Setenta Reais), à seguinte dotação do orçamento vigente:

CÓDIGO	NOME	VALOR
02.10.10.302.3003.2507	Manutenção e Operação de Hospitais	
33909200.02	Despesas de Exercícios Anteriores	24.170,00
		24.170,00

Artigo 2º - A cobertura do crédito de que trata o artigo 1º far-se-á através de recursos provenientes da anulação, em igual importância, da seguinte dotação:

CÓDIGO	NOME	VALOR
02.10.10.302.3003.2507	Manutenção e Operação de Hospitais	
33903000.02	Material de Consumo	24.170,00
		24.170,00

Artigo 3º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Dr Luiz Carlos Zamarco

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL

GABINETE DO SUPERINTENDENTE

EXTRATO DE TERMO DE CONVÊNIO Nº 31/2019

PROCESSO Nº 6310.2019/0003113-4

CONVENIENTE: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – IPREM

CNPJ: 47.109.087/0001-01

CONVENIADA: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO – CMSP

CNPJ: 50.176.288/0001-28

OBJETO: Implementação da conjugação de recursos, medidas e esforços entre IPREM e CMSP, objetivando o pagamento, pelo IPREM, dos benefícios previdenciários devidos pelo Município aos servidores da CMSP, bem como o processamento de dados necessários, inclusive a concessão dos citados benefícios, pela CMSP.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Municipal nº 13.973 de 12 de maio de 2005 e alterações subsequentes.

VIGÊNCIA: 24 (vinte e quatro meses) a contar de 14/08/2019.

BENEFÍCIOS

EXTINÇÃO DE PENSÃO

6310.2019/0000210-0 - JOANA MOREIRA DA ROCHA - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/09, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 20/11/18.

6310.2019/0000274-6 - MAURO CUSTÓDIO DE MORAES - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 06/12/18.

6310.2019/0000275-4 - ADERBALDO BIELLA DE SOUZA VALLE - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 20/01/19.

6310.2019/0000278-9 - MARIA APARECIDA CABRAL - À vista das informações e com base no artigo 16, I e parágrafo único do artigo 17, todos da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 02/11/18.

6310.2019/0000332-7 - EDUVIRGES DO ROSARIO NASCIMENTO DE CASTRO - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 29/01/19.

6310.2019/0000396-3 - JOSÉ CARLOS BIAZZOLA - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 09/12/18.

6310.2019/0002687-4 - ELZIRA GOULART DOS SANTOS - À vista das informações e com base no artigo 21, I e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 09/08/2019.

6310.2019/0002960-1 - NATÁLIA ANDRADE DE Ó - À vista das informações e com base no artigo 16, VI da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 14/02/2018, recalculando-se o benefício nos termos do artigo 17 do mesmo diploma legal.

6310.2019/0003042-1 - IRENILDO ALVES CAMARA - À vista das informações e com base no artigo 21, II e parágrafo único do artigo 22, todos da Lei nº 15.080/2009, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 12/09/2019

6310.2019/0003072-3 - FABIOLA BUTINHÃO - À vista das informações e com base no artigo 30, "a", da Lei nº 7.447/70, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 02/08/2019.

6310.2019/0003082-0 - ALINE DOMINGUES DA VEIGA, - À vista das informações e com base no artigo 16, VI da Lei nº 10.828/90, **JULGO EXTINTA** a pensão, a partir de 31/03/2019, recalculando-se o benefício nos termos do artigo 17 do mesmo diploma legal.

VISTAS E CÓPIAS DE PEÇAS DE PROCESSOS

6310.2019/0003102-9 - JORGINA APARECIDA DE BARROS - DEFIRO o pedido de Vistas e Cópias, conforme documento SEI nº 021352641.

DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO – HOMOLOGAÇÃO

6013.2018/0003444-7 - PMSP – MARIA APARECIDA DOS SANTOS FIGUEIRA – RF(s): 540.903.9-01 - CTC(s) nº(s) 842/IPREM/2019 emitida(s) em 12/04/2019;

6018.2019/0023057-1 - PMSP – TELMA LUCIA FERREIRA ROSSI – RF(s): 623.647.2-01 - CTC(s) nº(s) 2217/IPREM/2019 emitida(s) em 16/09/2019;

6016.2019/0055033-8 - PMSP – DIMAS GOMES NOVO – RF(s): 678.862.9-01 - CTC(s) nº(s) 2087/IPREM/2019 emitida(s) em 04/09/2019;

6016.2019/0054736-1 - PMSP – ROSEMARY DE ALMEIDA – RF(s): 676.699.4-01 - CTC(s) nº(s) 2106/IPREM/2019 emitida(s) em 04/09/2019;

6016.2019/0045633-1 - PMSP – ERICA ELIAS GIRALT – RF(s): 609.255.1-01 - CTC(s) nº(s) 2161/IPREM/2019 emitida(s) em 11/09/2019;

6016.2019/0047882-3 - PMSP – MARIA APARECIDA LOPES DOS SANTOS – RF(s): 669.215.0-01 e 669.215.0-02 - CTC(s) nº(s) 1903 e 1904/IPREM/2019 emitida(s) em 13/08/2019;

6013.2019/0001918-0 - PMSP – ALESSANDRA NASCIMENTO SILVA E FIGUEIREDO MOURAO – RF(s): 619.361.7-01 - CTC(s) nº(s) 1148/IPREM/2019 emitida(s) em 15/05/2019;

6013.2019/0003422-8 - PMSP – MARIO DE MATTOS NETO – RF(s): 634.598.1-01 - CTC(s) nº(s) 2145/IPREM/2019 emitida(s) em 09/09/2019;

6024.2019/0005840-2 - PMSP – CLAUDINEI LIRA DE SOUSA – RF(s): 550.724.3-01 e 550.724.3-02 - CTC(s) nº(s) 2219 e 2220/IPREM/2019 emitida(s) em 16/09/2019;

6024.2019/0006036-9 - PMSP – EDICLEA VILERA PAIXAO SANTOS – RF(s): 582.263.7-01 e 582.263.7-02 - CTC(s) nº(s) 2221 e 2222/IPREM/2019 emitida(s) em 16/09/2019;

6033.2019/0001927-9 - PMSP – ALFREDO MARTINS CORREIA – RF(s): 673.591.6-01 - CTC(s) nº(s) 2258/IPREM/2019 emitida(s) em 19/09/2019;

6016.2019/0053074-4 - PMSP – MARIA INALDA DE ARUDA – RF(s): 675.459.7-01, 675.459.7-02 e 675.459.7-03 - CTC(s) nº(s) 2076, 2077 e 2078/IPREM/2019 emitida(s) em 02/09/2019;

6013.2019/0003094-0 - PMSP – CLAUDIA GIMENEZ LOPES SILVA – RF(s): 511.834.4-01 e 511.834.4-02 - CTC(s) nº(s) 2141 e 2142/IPREM/2019 emitida(s) em 09/09/2019;

6016.2019/0033102-4 - PMSP – ALEXANDRE HENRIQUE COLOMBO FARIAS RAMOS – RF(s): 728.070.0-01 - CTC(s) nº(s) 2005/IPREM/2019 emitida(s) em 22/08/2019;

6029.2019/0004328-3 - PMSP – SANDRA VIRGINIA FRANZE – RF(s): 591.684.4-01 - CTC(s) nº(s) 2201/IPREM/2019 emitida(s) em 12/09/2019;

6016.2019/0060126-9 - PMSP – MARIA APARECIDA PIRES GONZAGA – RF(s): 600.395.8-02 - CTC(s) nº(s) 2274/IPREM/2019 emitida(s) em 20/09/2019;

6024.2019/0006198-5 - PMSP – MARIA DA GLORIA SARAIVA CODESSEIRA PIRES – RF(s): 553.041.5-01 - CTC(s) nº(s) 2279/IPREM/2019 emitida(s) em 20/09/2019;

6013.2019/0000686-0 - PMSP – CLAUDIO DE JESUS PAES – RF(s): 569.341.1-01 e 569.341.1-02 - CTC(s) nº(s) 1765 e 1766/IPREM/2019 emitida(s) em 31/07/2019;

6018.2019/0002726-1 - PMSP – LUIZ DE SOUZA PEREIRA – RF(s): 502.136.7-01, 502.136.7-02 e 502.136.7-03 - CTC(s) nº(s) 1779, 1780 e 1781/IPREM/2019 emitida(s) em 01/08/2019 e

6016.2019/0052018-8 - PMSP – TEREZINHA FELISBERTO DIAS VALLINO – RF(s): 311.119.9-04 - CTC(s) nº(s) 2001/IPREM/2019 emitida(s) em 22/08/2019.

HOMOLOGO as Certidões de Tempo de Contribuição emitidas com fundamento nas disposições da Portaria MPS nº 154/2008. Publicada no DOU de 16/05/2008.

CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - CANCELAMENTO DE HOMOLOGAÇÃO

2016-0.118.008-6 – PMSP – CLAUDIA GIMENEZ LOPES SILVA – RF(s): 511.834.4-01 e 511.834.4-02 – CTC(s) nº(s) 1843 e 1844/IPREM/2016 publicada(s) em 11/08/2016;

2014-0.246.613-3 – PMSP – SANDRA VIRGINIA FRANZE – RF(s): 591.684.4-01 – CTC(s) nº(s) 2860/IPREM/2014 publicada(s) em 19/12/2014 e

2010-0.301.308-9 – PMSP – MARIA DA GLORIA SARAIVA CODESSEIRA PIRES – RF(s): 553.041.5-01 - CTC(s) nº(s) 862/IPREM/2011 publicada(s) em 02/04/2011.

DIVISÃO DE FINANÇAS E CONTABILIDADE

FINANCIAMENTO IMOBILIÁRIO - QUITAÇÃO

6310.2019/0003125-8 – MARIA CRISTINA TANAJURA FREIRE, Autorizo, de conformidade com a competência delegada pelo Título de Nomeação nº 97, publicado no DOC em 12/06/2019, a quitação do débito hipotecário, por ter o IPREM , recebido do (s) devedor (es)a totalidade dos seus créditos, razão pela qual dá ampla e geral quitação, para nada mais pretender a este título.

JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETÁRIO

SISTEMA MUNICIPAL DE PROCESSOS - SIMPROC DESPACHOS: LISTA 2019-2-178

DEPARTAMENTO DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE E DO PATRIMONIO

ENDERECO: AVENIDA DA LIBERDADE, 103 - 7 ANDAR
PROCESSOS DA UNIDADE SNJ/DEMAG-
1989-0.014.038-8 ARMANDO FERNANDES ASSIS JR E/OU

ETIQUETA 45-000.739-89-97

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE.

1997-0.113.907-0 ADMINISTRACAO REGIONAL DE SAO MATEUS

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE.

2006-0.184.826-4 MILTON LUIZ ANTONIOLI

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE.

2007-0.279.776-2 APB COM DE ALIMENTOS LTDA

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE.

2012-0.155.084-6 LOURDES COSTA

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE.

2013-0.329.957-3 DEPARTAMENTO DE DEFESA MEIO AMBIENTE E PATRIMONIO

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE.

2014-0.340.764-5 DEPARTAMENTO DE DEFESA MEIO AMBIENTE E PATRIMONIO

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE.

2015-0.325.512-0 ROSA NILZA RIBEIRO DA SILVA

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE.

2018-0.061.932-0 DEPARTAMENTO DE DEFESA MEIO AMBIENTE E PATRIMONIO

DOCUMENTAL

NADA MAIS HAVENDO A TRATAR, ARQUIVE-SE.

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

DIVISÃO DE ORÇAMENTO E GESTÃO

COORDENADORIA GERAL DE GESTÃO E MODERNIZAÇÃO

DESPACHOS EXARADOS PELO PROCURADOR COORDENADOR

6021.2017/0006919-6 – PGM e CEJUR. – Cancelamento de saldo de empenho não utilizado. Contrato com o Claro S/A. Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente a manifestação da Divisão de Orçamento e Gestão no SEI 021321618, que endosso e, Decreto nº 58.606/2019, e da competência estabelecida pelo artigo 19, inciso V, do Decreto n. 57.263/16, AUTORIZO o cancelamento do saldo não utilizado da Nota de Empenho nº 9.589/2019, no valor de R\$ 9.408,45 (Nove mil e quatrocentos e oito reais e quarenta e cinco centavos), na dotação 21.10.02.122.3024.2100.3.3.90.39.00.00, em favor da empresa CLARO S/A. - CNPJ 40.432.544/0001-47.

6021.2017/0011082-0 – CGGM/PROCED E FISC. – Contrato 003/PGM/2014. Prestação de serviço telefônico fixo comutado - STFC - CLARO S.A. Cancelamento parcial do saldo de Notas de Empenhos. Em face dos elementos que instruem o presente, notadamente a manifestação da Divisão de Orçamento e Gestão no SEI 021330636, que endosso e, Decreto nº 58.606/2019, e da competência estabelecida pelo artigo 19, inciso V, do Decreto n. 57.263/16, AUTORIZO o cancelamento parcial das Notas de Empenho nº 38.896/2019 e 38.904/2019, nos valores respectivos de R\$ 16.487,51 (Dezesseis mil e quatrocentos e oitenta e sete reais e cinquenta e um centavos) e R\$ 2.189,34 (Dois mil e cento e oitenta e nove reais e trinta e quatro centavos), na dotação 21.10.02.122.3024.2100.3.3.90.39.00.00, em favor da empresa CLARO S.A. CNPJ 40.432.544/0001-47.

SAÚDE

GABINETE DO SECRETÁRIO

PROCESSO: 6018.2017/0020938-2

PORTARIA Nº 1053/2019-SMS.G

TÍTULO: COMISSÃO ESPECIAL DE ESTÁGIO PROBATÓRIO – CEEP – SMS – CRS-SUL

Em conformidade ao artigo 8º do Decreto nº 57.817, de 3 de agosto de 2017, e a Portaria nº 1048/SMS-G/2019 de 19 de Setembro de 2019, que instituiu a Comissão Especial de Estágio Probatório na Secretaria Municipal da Saúde/CRS-SUL, segue a relação de servidores em estágio probatório e seus respectivos membros relatores, conforme indicados abaixo:

ANALISTA DE SAÚDE – MÉDICO
SERVIDOR INGRESSANTE – RF – VINC. – DATA DE INGRESSO – MEMBRO RELATOR – RF – VINC.

GILBERTO BOLIVAR FERLIN FILHO – 836.395.1 – 1 - 06/07/2016 - MARIA LAURA DEORSOLA - 561.264.1 – 3

ROSANA GADELIA DOS SANTOS – 837.903.3 - 1 - 14/10/2016 - MARIA LAURA DEORSOLA - 561.264.1 – 3

LUIS AUGUSTO TRAJANO BRAMANTE – 847.888.1 – 1 – 12/03/2018 - MARIA LAURA DEORSOLA - 561.264.1 – 3

ANDREA JULIANA FERNANDES L. N. COUTINHO – 848.695.6 – 1 – 29/05/2018 – ALEXANDRA GUIMARÃES DE A. OLIVEIRA –